



SARDOAL
MUNICÍPIO



Relatório de Gestão

Ano 2022

Índice

Nota Introdutória	4
Nota Prévia.....	4
Enquadramento.....	4
Principais resultados.....	5
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos	6
Introdução.....	6
Trabalhadores por cargo/carreira	6
Trabalhadores por Género	7
Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego.....	7
Trabalhadores por Estrutura das Idades	8
Trabalhadores por estrutura habilitacional.....	8
Motivos de ausência por cargo / carreira	9
Horas de Formação por cargo / carreira	9
Conclusões.....	9
Capítulo II – Reporting financeiro	10
1. Análise orçamental.....	11
1.1 Receita.....	13
1.1 Receita própria	14
1.1.2 Transferências obtidas	16
1.1.3 Passivos Financeiros	18
1.2 Despesa	19
1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital	20
1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital.....	21
1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços	25
1.3 Resultado orçamental.....	27
1.4. Principais indicadores orçamentais	28
2. Análise económica-financeira	29
2.1. Balanço	29
2.2. Demonstração de resultados	32
2.3. Indicadores económico-financeiros	36
2.4. Equilíbrio orçamental	36
2.5. Endividamento Municipal	36
2.6. Dívida Global	37
2.6.1 Prazo médio de pagamentos	38
3.Contabilidade de Gestão.....	38

3.1. Análise de custos por bem ou serviço	39
4. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso	41
5. Proposta de Aplicação de Resultados	41
Capítulo III – Reporting de atividades.....	41
1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica	42
1.2 Das Funções Sociais	43
1.3 Das Funções Económicas	50
1.4 Das Outras Funções	51
2. Grandes Opções do Plano.....	51

Nota Introdutória

Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Além dos diplomas já referenciados anteriormente, o documento agora apresentado foi elaborado à luz do preconizado por diversos diplomas legais, de entre os quais se destacam, todos na sua redação atual:

- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime jurídico das autarquias locais;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de enquadramento orçamental;
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Regime jurídico da recuperação financeira municipal;
- Lei n.º 12/2022, de 27 de junho - Orçamento do Estado para 2022;
- Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto;

De referir ainda que os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2022, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no referencial anteriormente referido, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Enquadramento

Conforme decorre do estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **é competência dos Órgãos do Município a aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas.**

Nessa sequência, dando cumprimento ao preceituado na referida Lei, apresenta-se a **Prestação de Contas referente ao exercício de 2022.**

Considerando que o novo referencial, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que define todos os procedimentos para a prestação de

contas públicas com intuito de traduzir de forma clara e consistente as atividades desenvolvidas em 2022 pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira, de modo a que todos os que se interessam pela atividade e gestão municipal disponham dos elementos necessários para avaliar o que foi feito, os meios disponíveis e a eficácia e eficiência da sua utilização (informação financeira e não financeira), nomeadamente:

- Proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras;
- A responsabilização pela prestação de contas;
- A tomada de decisões.

De referir ainda que o **relatório de gestão** integra os documentos de prestação e contas, e foi elaborado com base na estrutura conceptual plasmada na NCP1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Deve ser lido em complementaridade com as notas às demonstrações financeiras constantes no documento da **Prestação de Contas de 2022**.

Assim, e com intuito em se responder aos impactos que a comunidade sardoalense têm vindo a sentir, o ano de 2022, foi o ano de se retomar à normalidade, dando continuidade à atividade do Município, depois dos 2 anos conturbados, devido à pandemia provocada pela Covid-19.

Contudo e relativamente ao futuro, mantém-se um cenário de incerteza face à Guerra Rússia/Ucrânia e ao seu impacto na economia, nomeadamente as subidas da inflação e das taxas de juro.

Neste panorama, a guerra coloca em risco todas as entidades públicas e privadas, e condiciona a normal atividade de algumas cadeias de produção que poderão afetar o normal funcionamento da economia com o impacto em todas as entidades económicas.

Assim, tais fatores, no ano de 2022, tiveram um impacto muito relevante, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com consequências em termos de resultado do exercício.

Tal como no ano anterior, o presente relatório irá dividir-se em três grandes capítulos: recursos humanos, reporting financeiro e reporting de atividades, relatando não só a execução do orçamento do ano 2022, bem como a situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

Principais resultados

O Município do Sardeal em 2022, destacam-se os seguintes resultados:

- Taxa de execução da receita – **85%**;

- Taxa de execução da despesa – **85%**;
- Resultado Líquido do período **negativo - € 511 842,50**;
- **Aumento** da Dívida Total - **€ 726 275,70**;
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **€ 0,00**;
- Prazo médio de Pagamentos – **71 dias**;

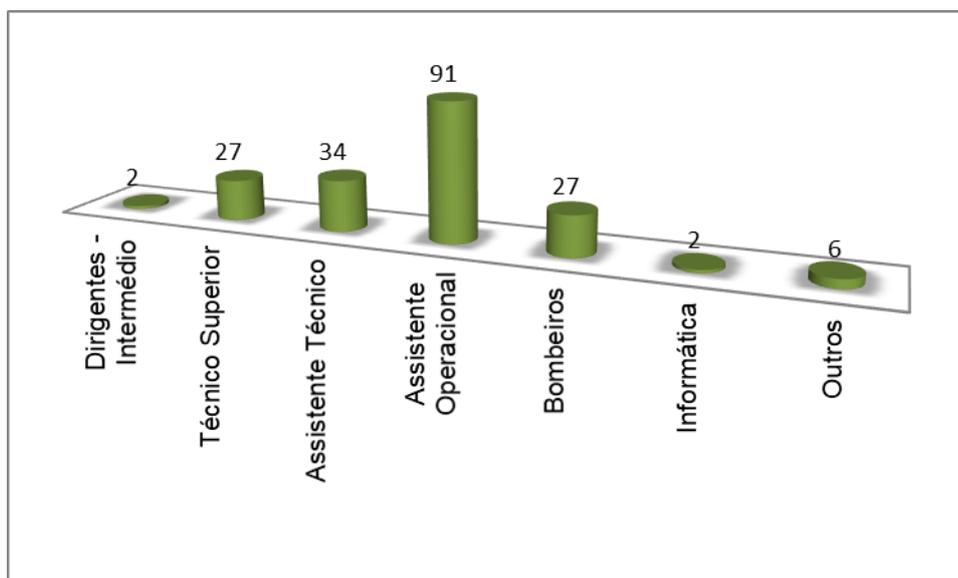
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos

Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

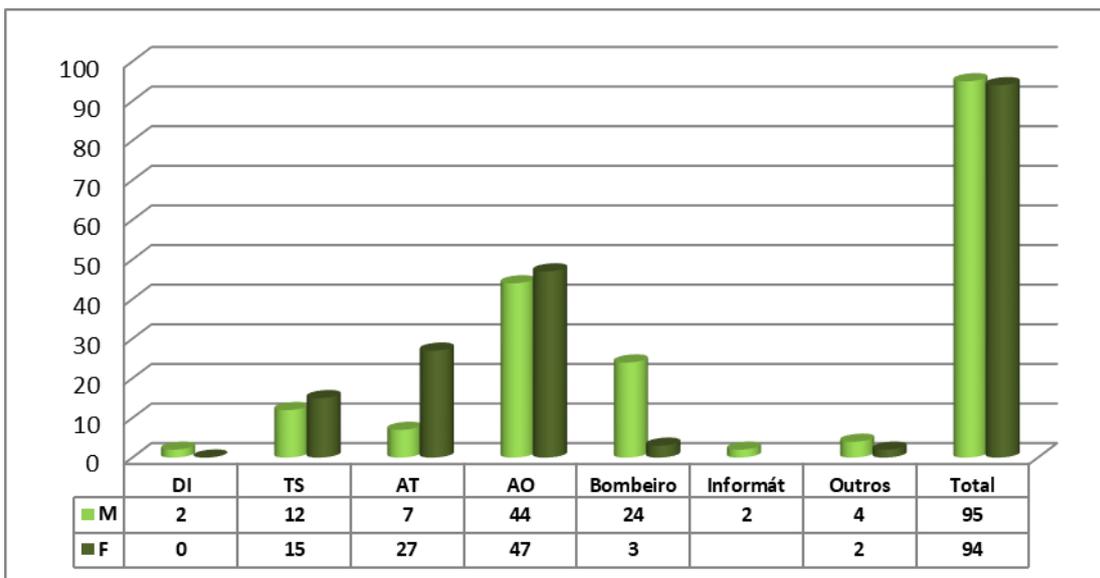
No seguimento de anos anteriores, e no atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

Trabalhadores por cargo/carreira



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

Trabalhadores por Género

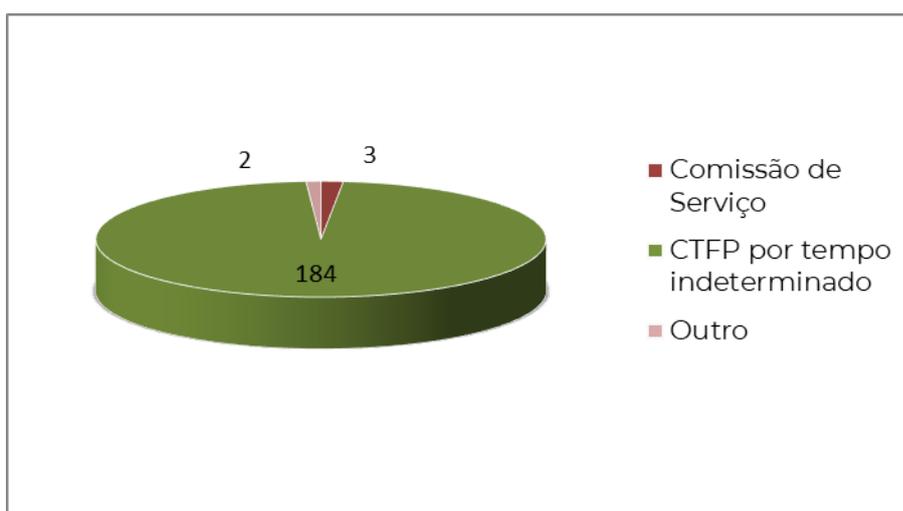


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego

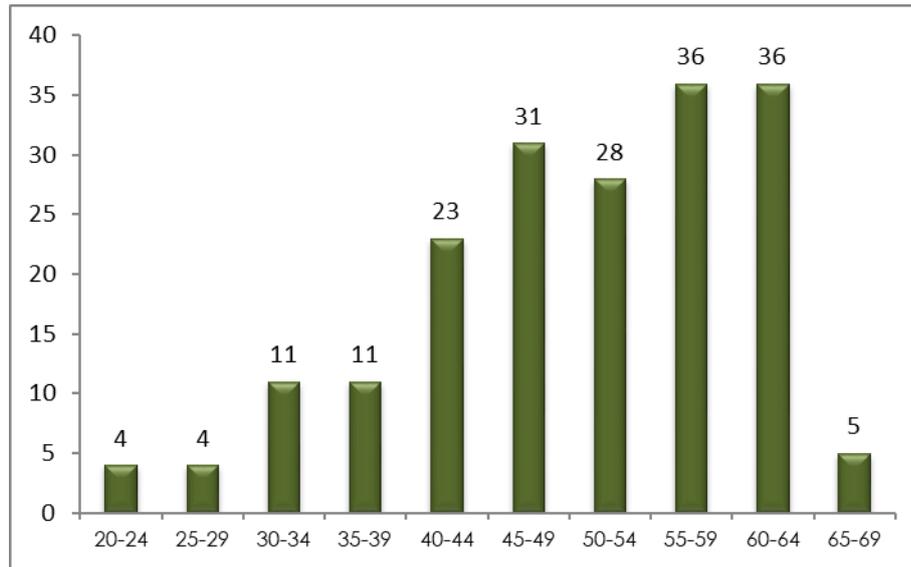
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		27	34	91	26	2	4	184
Outro							2	2
Totais	2	27	34	91	27	2	6	189



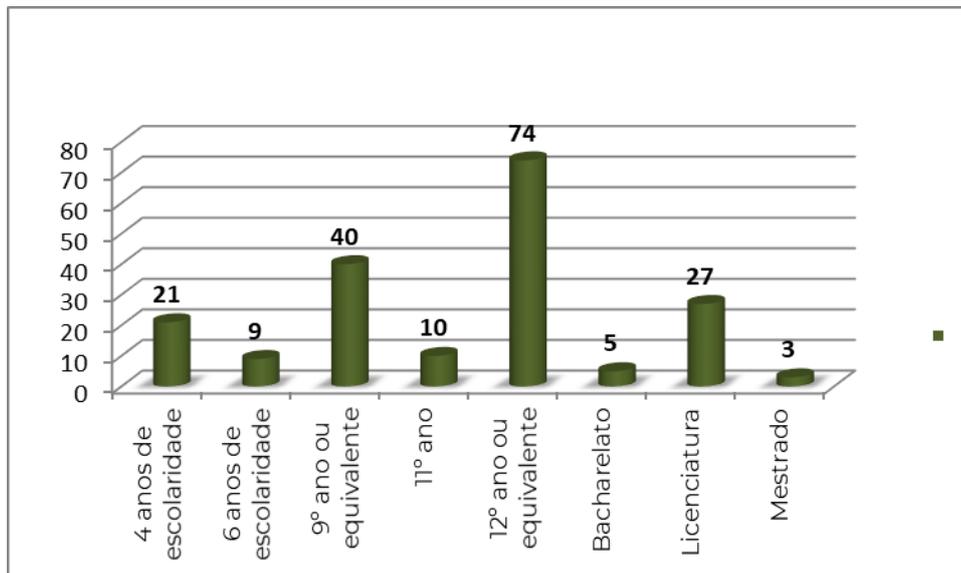
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

Trabalhadores por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

Trabalhadores por estrutura habilitacional

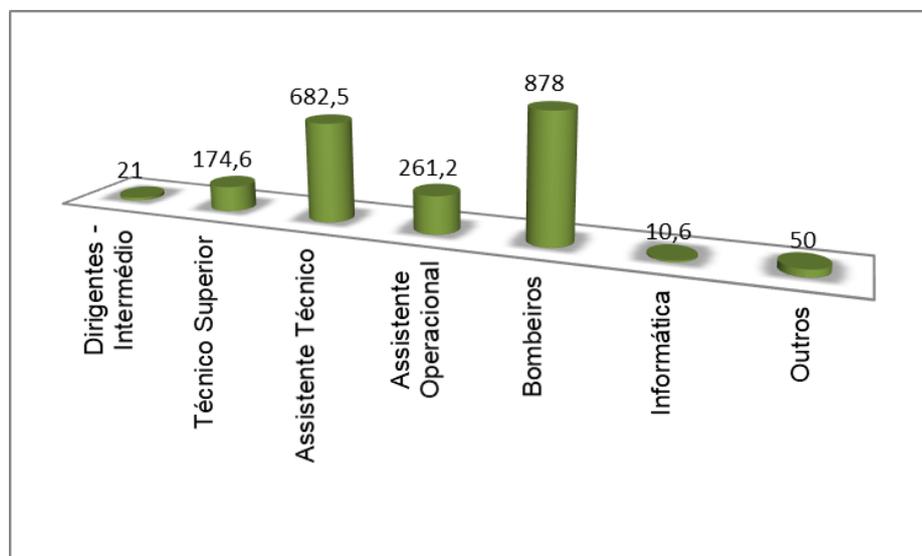


Trabalhadores segundo as habilitações

Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Casamento	0,0	0,0	15,0	30,0	30,0	0,0	0,0	75,0
Proteção na parentalidade	0,0	94,0	12,0	0,0	25,0	0,0	0,0	131,0
Falecimento de familiar	0,0	4,0	44,0	85,0	9,0	0,0	5,0	147,0
Doença	12,0	358,0	517,0	3 130,0	230,0	0,0	6,0	4 253,0
Por acidente em serviço ou doença profissional	0,0	0,0	96,0	191,0	194,0	0,0	0,0	481,0
Assistência a familiares	0,0	49,0	9,0	80,0	7,0	0,0	0,0	145,0
Trabalhador Estudante	0,0	0,0	0,0	17,5	0,0	0,0	0,0	17,5
Por conta do período de férias	0,5	17,5	20,5	15,0	4,0	1,0	4,5	63,0
Greve	0,0	2,0	4,5	20,0	0,0	0,0	0,0	26,5
Injustificadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais	12,5	524,5	718,0	3 568,5	499,0	1,0	15,5	5 339,0

Horas de Formação por cargo / carreira



Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 189, sendo 95 homens e 94 mulheres;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (91 trabalhadores);
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 97% tem CTFP por tempo indeterminado (184 Trabalhadores);
- Ao nível dos escalões de idades, 36 trabalhadores têm idades entre os 55 e 59 anos, verifica-se ainda que 41 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação às habilitações, 74 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 35 trabalhadores tem o curso superior;
- 80% das ausências são motivadas por doença.

Capítulo II – Reporting financeiro

Sistema de Normalização Contabilística direcionado para a Administração Pública (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que, após vários adiamentos, entrou definitivamente em vigor a 01 de janeiro de 2020. Nesta sequência, o ano de 2022 é o terceiro ano em que a prestação de contas é efetuada ao abrigo deste novo normativo contabilístico, tendo sido um ano de continuidade, na procura de melhoria na informação a prestar.

De acordo com o preâmbulo do diploma que o aprovou, o SNC-AP permite a implementação do regime do acréscimo na contabilidade e relatórios financeiros das administrações públicas, articulando-o com a atual base de caixa modificada. Ao mesmo tempo, promove a harmonização ao institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, de forma individual e consolidada através de um sistema de informação contabilístico que fornece os relatórios orçamentais e financeiros que as administrações públicas necessitam.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, sendo o atual normativo constituído pelos subsistemas de **contabilidade orçamental**, de **contabilidade financeira** e de **contabilidade de gestão**.

Conforme consta no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “o SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, como por exemplo:

- Evidência a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Contribui para uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporciona informação para o cálculo dos gastos dos serviços públicos;
- Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;

- Proporciona informação útil para a tomada de decisão do órgão de gestão;

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

1. Análise orçamental

A receita total cobrada atingiu 9,173 milhões de euros, dos 10,791 milhões de euros de receita corrigida, apresentando uma execução, no fim do ano de 2022, de 85%.

De seguida, no quadro abaixo, é analisada a **receita** orçamentada, corrigida e cobrada em 2022.

Análise orçamental da receita

Execução da Receita	Orçamento da Receita 01/01/2022	Receita Corrigida 31/12/2022	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Receita Corrente	6 900 955,00	6 823 751,00	6 109 085,83	90%
Impostos directos	466 581,00	593 264,46	627 865,03	106%
Impostos indirectos	809,00	1 830,48	1 661,25	91%
Taxas, multas e outras penalidades	25 953,00	22 346,00	19 866,90	89%
Rendimentos da propriedade	974 715,00	943 815,00	185 763,53	20%
Administração Central - Estado Português	5 144 114,00	4 918 168,79	4 939 070,12	100%
Administração Central - Outras Entidades	37 044,00	41 587,20	38 122,49	92%
Outras	68 030,00	57 839,34	93 288,77	161%
Venda de bens e serviços	178 570,00	238 716,93	188 730,28	79%
Outras receitas correntes	5 139,00	6 182,80	14 717,46	238%
Receita Capital	4 150 293,00	3 738 469,00	2 835 696,38	76%
Venda de bens de investimento	384,00	384,00		
Administração Central - Estado Português	2 903 373,00	1 934 128,00	1 718 801,63	89%
Outras receitas de capital	504,00	504,00		
Receita com passivos financeiros	1 246 032,00	1 803 453,00	1 116 894,75	62%
Outras Receitas	2 254,00	228 976,00	228 356,91	100%
Reposições não abatidas pag.	2 254,00	2 254,00	1 634,91	73%
Saldo da gerência anterior - operaç orç.		226 722,00	226 722,00	100%
Receitas Totais	11 053 502,00	10 791 196,00	9 173 139,12	85%

A **receita corrente** cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 90%, e atingiu os 6,109 milhões de euros.

O capítulo em destaque é o **Administração Central - Estado Português**, com um montante de receita cobrada de 4,939 milhões de euros e execução de 100%. Neste grupo, com uma representação de 71%, distinguem-se as receitas provenientes do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, no valor de 3,484 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 43 mil euros face ao ano de 2021.

A **receita de capital** cobrada, no montante de 2,836 milhões de euros, apresenta, no final do ano, uma execução de 76% face à receita de capital corrigida.

Neste grupo das receitas de capital realçam-se as receitas provenientes de **Administração Central - Estado Português** no montante de 1,719 milhões de euros, registando uma variação negativa no valor de 385 mil euros, face ao ano anterior.

No quadro abaixo está espelhada a decomposição da **despesa** orçamentada, corrigida e paga, por agrupamentos.

Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2022	Dotação Corrigida 31/12/2022	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	6 530 403,00	7 307 430,46	6 227 637,94	85%
Remunerações Certas e Permanentes	2 813 083,00	2 872 611,00	2 825 357,28	98%
Abonos Variáveis ou Eventuais	112 702,00	132 112,00	129 214,85	98%
Segurança Social	855 132,00	811 347,00	792 078,10	98%
Aquisição de bens e serviços	1 925 571,00	2 637 610,20	1 816 882,06	69%
Juros e Outros Encargos	44 884,00	57 299,00	43 863,26	77%
Administração Central - Estado Português	2 500,00			
Administração Local	167 534,00	175 589,71	81 599,78	46%
Entidades do Setor não lucrativo	77 630,00	96 624,00	68 798,52	71%
Famílias	314 742,00	284 934,55	279 511,14	98%
Outras	120 000,00	145 000,00	121 564,53	84%
Subsídios Correntes	3 240,00	5 240,00	4 000,48	76%
Outras Despesas Correntes	93 385,00	89 063,00	64 767,94	73%
Despesas de Capital	4 522 845,00	3 483 765,54	2 891 244,23	83%
Aquisição de bens de capital	4 149 296,00	2 821 917,89	2 236 185,19	79%
Administração Local	27 449,00	4 582,65	1 762,69	38%
Entidades do Setor não lucrativo	19 000,00	25 301,00	22 500,00	89%
Despesa com ativos financeiros	100,00	100,00		
Despesa com passivos financeiros	327 000,00	631 864,00	630 796,35	100%
Despesas Totais	11 053 248,00	10 791 196,00	9 118 882,17	85%

A **despesa corrente** paga apresenta uma execução de 85%, e atingiu pagamentos na ordem dos 6,228 milhões de euros. Para este resultado contribuiu, particularmente, a rubrica de **Custos com o pessoal**, cujo montante de despesa paga atingiu, no final de 2022, os 3,747 milhões de euros e uma execução de 98%.

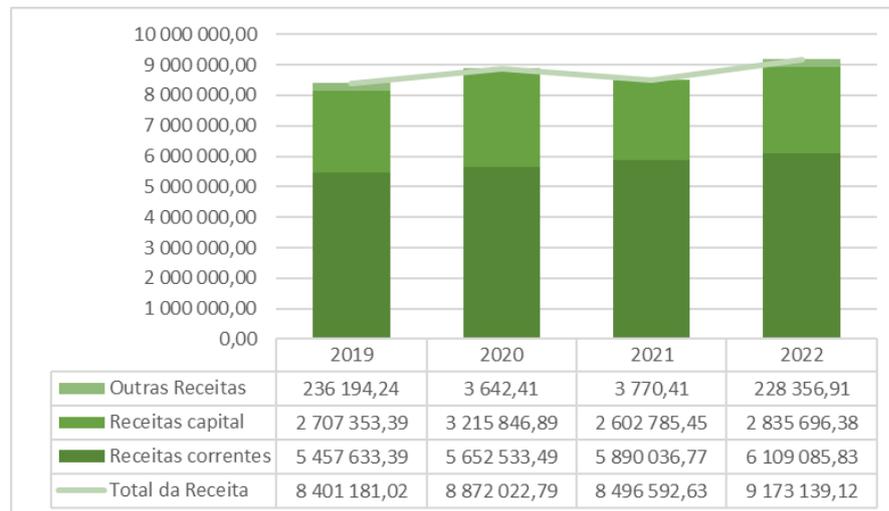
A **despesa de capital** paga, no montante de 2,891 milhões de euros, regista uma execução de 83%.

A rubrica em evidência é a de **aquisição de bens de capital** com uma taxa de execução de 79%, e cujo montante de despesa paga atingiu os 2,236 milhões de euros.

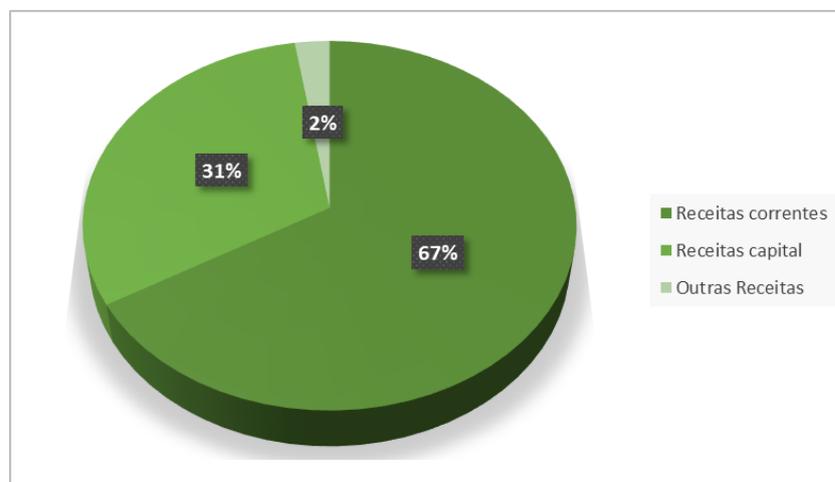
A **despesa total** paga (9,119 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida, (10,791 milhões de euros) apresenta uma execução de 85%.

1.1 Receita

O gráfico abaixo representa a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos. Após análise do mesmo, verifica-se que entre 2020 e 2021, registou-se uma diminuição, mas no ano de 2022 a receita cobrada já aumentou novamente, sendo o maior valor, tendo em conta os últimos 4 anos, fixando-se nos 9,173 milhões de euros.



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita, no fim do ano de 2022, por rubricas gerais.



No final de 2022 a receita total cobrada ascendeu a 9,173 milhões de euros, correspondendo 1,040 milhões de euros a **receitas próprias** (11%), 227 mil euros a **saldo transitado da gerência anterior** (2%), 1,117 milhões de euros de **Receita com passivos financeiros** (12%), e 6,789 milhões de euros de **transferências totais** (75%).

De seguida, faz-se a análise da evolução da receita por capítulo/artigo.

Evolução da Receita

Execução da Receita	2022			2021			Δ 2021
	Orçada	Cobrada	% Execução	Orçada	Cobrada	% Execução	
Receita Corrente	6 823 751,00	6 109 085,83	90%	6 476 095,00	5 890 036,77	91%	4%
Impostos directos	593 264,46	627 865,03	106%	491 892,00	490 389,43	100%	28%
Impostos indirectos	1 830,48	1 661,25	91%	1 748,00	1 638,43	94%	1%
Taxas, multas e outras penalidades	22 346,00	19 866,90	89%	25 990,00	18 735,61	72%	6%
Rendimentos da propriedade	943 815,00	185 763,53	20%	730 706,00	181 629,48	25%	2%
Administração Central - Estado Português	4 918 168,79	4 939 070,12	100%	4 845 535,00	4 869 961,33	101%	1%
Administração Central - Outras Entidades	41 587,20	38 122,49	92%	83 044,00	83 031,56	100%	-54%
Outras	57 839,34	93 288,77	161%	72 305,00	72 097,19	100%	29%
Venda de bens e serviços	238 716,93	188 730,28	79%	218 706,00	128 652,99	59%	47%
Outras receitas correntes	6 182,80	14 717,46	238%	6 169,00	43 900,75	712%	-66%
Receita Capital	3 738 469,00	2 835 696,38	76%	2 825 329,43	2 602 785,45	92%	9%
Venda de bens de investimento	384,00			384,00			0
Administração Central - Estado Português	1 934 128,00	1 718 801,63	89%	2 325 934,43	2 103 858,08	90%	-18%
Outras receitas de capital	504,00			504,00	421,28	84%	-100%
Receita com passivos financeiros	1 803 453,00	1 116 894,75	62%	498 507,00	498 506,09	100%	124%
Outras Receitas	228 976,00	228 356,91	100%	26 513,57	3 770,41	14%	5957%
Reposições não abatidas pag.	2 254,00	1 634,91	73%	5 654,00	3 770,41	67%	-57%
Saldo da gerência anterior - operaç. orç.	226 722,00	226 722,00	100%	20 859,57			0
Receitas Totais	10 791 196,00	9 173 139,12	85%	9 327 938,00	8 496 592,63	91%	8%

Da análise do quadro acima constata-se que, comparando com o período homólogo, as **receitas correntes** cobradas registaram um aumento de (4%), com maior enfoque, a rubrica **Impostos directos**, com um aumento de 137 mil euros (28%). Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Administração Central - Outras Entidades**, registando um decréscimo de 45 mil euros.

As **receitas de capital** cobradas, no valor de 2,836 milhões de euros, cerca de 233 mil euros superiores ao ano de 2021, registando um aumento de (9%) comparando face ao ano anterior.

1.1 Receita própria

Em 2022 a receita própria cobrada atingiu os 1,04 milhões de euros, correspondendo a um aumento de (20%), mais 171 mil euros face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Evolução da receita própria

Receitas Próprias	2019	2020	2021	2022	Δ 2021
Impostos directos	458 881,24	436 548,93	490 389,43	627 865,03	28%
Impostos indirectos	217,41	107,25	1 638,43	1 661,25	1%
Taxas, multas e outras penalidades	33 149,30	18 085,08	18 735,61	19 866,90	6%
Rendimentos da propriedade	176 740,96	177 093,07	181 629,48	185 763,53	2%
Venda de bens e serviços	698 296,64	377 475,51	128 652,99	188 730,28	47%
Outras Receitas Correntes	9 729,96	968,01	43 900,75	14 717,46	-66%
Venda de bens de investimento	244,55	14 355,05			
Outras receitas de capital			421,28		-100%
Reposições não abatidas pag.	853,24	3 642,41	3 770,41	1 634,91	-57%
Total de Receitas Próprias	1 378 113,30	1 028 275,31	869 138,38	1 040 239,36	20%

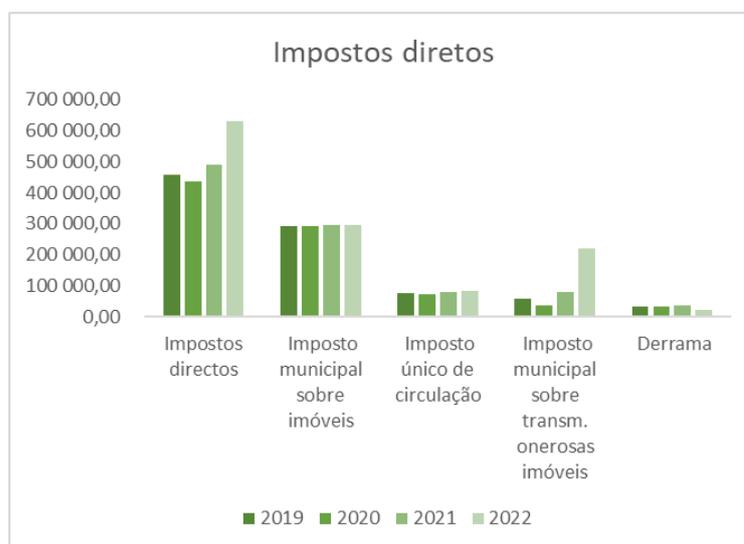
Na generalidade todos as rubricas contribuíram para a variação positiva registada, exceto a rubrica **Outras Receitas Correntes**, tendo registado uma diminuição de 29 mil euros face a 2021, em virtude de, no ano de 2021, o Município ter recebido uma verba transferida da Tejo Ambiente, EIM, S.A referente à compensação dos resíduos sólidos.

Evolução da receita própria proveniente de impostos

Impostos	2019	2020	2021	2022	Δ 2021
Impostos directos	458 881,24	436 548,93	490 389,43	627 865,03	28%
Imposto municipal sobre imóveis	291 161,53	291 450,35	295 500,05	295 490,62	0%
Imposto único de circulação	76 172,55	73 598,09	79 209,55	85 587,93	8%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	57 889,89	37 357,81	79 714,78	222 062,55	179%
Derrama	33 657,27	34 142,68	35 965,05	24 723,93	-31%
Impostos indirectos	217,41	107,25	1 638,43	1 661,25	1%
Publicidade	74,81			38,50	
Taxa municipal de direitos de passagem			1 427,98	1 597,71	12%
Outros_i	142,60	107,25	210,45	25,04	-88%
Total dos Impostos	459 098,65	436 656,18	492 027,86	629 526,28	28%

Das receitas provenientes dos impostos verifica-se um aumento de 28%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial no montante de 137 mil euros, resultante essencialmente da subida nas receitas provenientes do **Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de Imóveis (IMT)** ascendendo a 142 mil euros. De salientar que nos últimos dois anos, a referida rubrica registou variações positivas significativas.

Em sentido contrário, verifica-se que a **Derrama**, registou uma descida de 31%, correspondente a 11 mil euros.



No que concerne à evolução de subgrupos das receitas próprias, comparativamente a 2021, verificou-se um aumento de 8%, no valor de 32 mil euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte. Verifica-se que a rubrica **Serviços** foi a que mais contribui para o referido aumento, registando uma variação de 53 mil euros, correspondente a 53%. no valor de 123

mil euros, o qual já foi justificado anteriormente, concessão de serviços à Tejo Ambiente, S.A.

Em sentido contrário, a rubrica **Outras Receitas Correntes**, registou uma variação de 29 mil euros, justificado já anteriormente, ou seja, no ano de 2021, o Município cobrou uma receita à Tejo Ambiente, EIM, S.A, referente à compensação dos resíduos sólidos, do período de junho a novembro de 2020.

Evolução de subgrupos das receitas próprias

Subgrupos de Receitas Próprias	2019	2020	2021	2022	Δ 2021
Taxas, multas e outras penalidades	33 149,30	18 085,08	18 735,61	19 866,90	6%
Loteamentos e obras	10 133,87	7 468,80	9 053,84	9 692,61	7%
Ocupação da via pública	2 433,93	1 624,07	1 365,30	2 340,24	71%
Outros	7 711,66	4 740,13	1 424,19	2 308,26	62%
Juros de mora	1 674,45	1 104,72	1 203,60	1 318,71	10%
Juros compensatórios	116,72	293,48	748,68	453,23	-39%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	3 140,00	2 703,88	4 540,00	3 453,85	-24%
Multas e penalidades diversas	7 938,67	150,00	400,00	300,00	-25%
Rendimentos da propriedade	176 740,96	177 093,07	181 629,48	185 763,53	2%
Outros	176 740,96	177 093,07	181 629,48	185 763,53	2%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	698 296,64	377 475,51	128 652,99	188 730,28	47%
Venda de Bens	260 730,83	123 178,48	-579,52	1 838,68	-417%
Serviços	409 479,85	222 219,02	99 394,95	152 170,39	53%
Rendas	28 085,96	32 078,01	29 837,56	34 721,21	16%
Outras Receitas Correntes	9 729,96	968,01	43 900,75	14 717,46	-66%
Vendas de Bens de Investimento	244,55	14 355,05			
Outras Receitas de Capital			421,28		-100%
Reposições não abatidas nos pagamentos	853,24	3 642,41	3 770,41		-100%
Total Receitas Próprias	919 014,65	591 619,13	377 110,52	409 078,17	8%

1.1.2 Transferências obtidas

As **transferências obtidas** atingiram os 6,789 milhões de euros em 2022. Comparativamente com o período homólogo registou-se uma diminuição de 340 mil euros (5%), sendo que as **transferências correntes** aumentaram em 45 mil euros (1%), já as **transferências de capital** registaram uma diminuição no valor de 385 mil euros (18%).

Fazendo uma análise por tipologia, no que respeita às **transferências correntes**, verificamos em termos de percentagem a rubrica **Instituições sem fins lucrativos** é a que regista maior aumento, 289%, correspondente a uma variação de 34 mil euros, uma vez que foi nesta rubrica que se considerou as receitas referente ao projeto denominado **“Dentes de Leão”**.

Em termos absolutos, verifica-se que a rubrica **Transferência de Competências - Lei nº 50/2018**, regista uma variação em cerca de 105 mil euros, aumento de 17% face ao ano de 2021.

Em sentido contrário, destaca-se duas rubricas, sendo elas, **Fundo de Equilíbrio Financeiro-Corrente**, verba esta definida na Lei do Orçamento de Estado, e

Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP, registando reduções de 43 mil euros e 45 mil euros, respetivamente.

De salientar a verba no valor de 99 mil euros, registada na rubrica **“Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados”**, é referente ao financiamento de projetos no âmbito corrente, nomeadamente:

- Combate e Mitigação da Pandemia COVID_19: 45 mil euros;
- PEDIME: 40 mil euros;
- Centro de Interpretação da semana Santa – PDR2020: 8 mil euros;
- Médio Tejo Online 2020 (corrente): 2,3 mil euros;
- Caminhos da Pedra 2019: 2,7 mil euros;

As **transferências de capital** registam um valor de 1,719 milhões de euros, apresentando uma diminuição no montante de 385 mil euros, cerca de 18%, relativamente ao período homólogo.

Para a referida diminuição destaca-se duas rubricas, a rubrica **Artº 35.º , nº 3 da Lei nº 73/2013**, também esta verba definida na Lei do Orçamento do Estado, e a rubrica **“Estado-Particip.comunitária project.co-financiados”**, no valor de 292 mil euros e 273 mil euros respetivamente.

Em sentido contrário, destaca-se a rubrica **Cooperação Técnica e Financeira**, com um aumento de 184 mil euros, totalizando o valor de 238 mil euros que é referente a verbas arrecadadas no âmbito do Contrato programa com o Ministério da Educação referente à requalificação da Escola Básica de Sardeal.

Em relação à rubrica **“Estado-Particip.comunitária project.co-financiados”**, apesar de ter registado uma diminuição face ao ano anterior, a mesma totalizou o valor de 967 mil euros, decompondo-se da seguinte forma:

- Centro de interpretação da semana Santa: 38 mil euros;
- Requalificação da Escola Básica 1, 2, 3 e Secundária de Sardeal: 737 mil de euros;
- Gabinete de Saúde Oral: 19 mil euros;
- Médio Tejo Online 2020 (capital): 16 mil euros;
- Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca: 157 mil euros;

Em pormenor, apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Evolução das transferências obtidas

Transferências	2019	2020	2021	2022	Δ 2021
Administração Central - Estado Português	4 080 617,88	4 642 255,64	5 025 090,08	5 070 481,38	1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 078 547,00	3 271 825,00	3 526 429,00	3 483 711,00	-1%
Fundo Social Municipal	93 464,00	93 464,00	93 464,00	128 659,00	38%
Participação Variável no IRS	117 260,00	118 618,00	126 163,00	130 971,00	4%
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018		630 251,87	632 083,42	736 605,37	17%
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20		69 222,27	60 759,78	32 991,14	-46%
Outras	625 734,40	272 412,53	318 967,33	327 299,26	3%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	68 014,86	70 815,16	112 094,80	98 833,35	-12%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famil.polít.act.EFP	33 596,73	44 927,91	83 031,56	38 122,49	-54%
Privadas	45 830,00	44 225,84	43 960,00	23 579,00	-46%
Companhias de seguros e fundos de pensões	6 321,37	12 692,40	16 287,67	23 661,06	45%
Instituições sem fins lucrativos	11 849,52	13 800,66	11 849,52	46 048,71	289%
Transferências de Capital	1 331 875,04	2 222 832,67	2 103 858,08	1 718 801,63	-18%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	342 061,00	362 994,00	391 825,00	387 079,00	-1%
Cooperação Técnica e Financeira	90 024,83	5 432,00	53 748,97	238 235,22	343%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	259 328,00	348 232,00	399 278,00	107 129,00	-73%
Outras	18 145,35	3 075,68	18 301,68	10 496,10	-43%
Estado-P.comunitária project.co-financiados - FEDER	622 315,86	1 503 098,99	1 240 704,43	967 490,32	-22%
Estado-P.comunitária project.co-financiados-Outras				8 371,99	
Total	5 412 492,92	6 865 088,31	7 128 948,16	6 789 283,01	-5%

1.1.3 Passivos Financeiros

Os **Passivos Financeiros** registaram o valor de 1,117 milhões de euros em 2022. Comparativamente com o período homólogo, verifica-se um aumento de 618 mil euros (124%).

É nesta rubrica que se regista os reembolsos dos empréstimos bancários, a curto prazo e a médio longo prazo.

No que concerne ao **empréstimo a curto prazo**, foi reembolsado o valor de 278 mil euros, menos 122 mil euros que o reembolsado no ano anterior.

Em relação aos **empréstimos a médio longo prazo**, foram feitos reembolsos no valor de 611 mil euros, decompondo-se da seguinte forma:

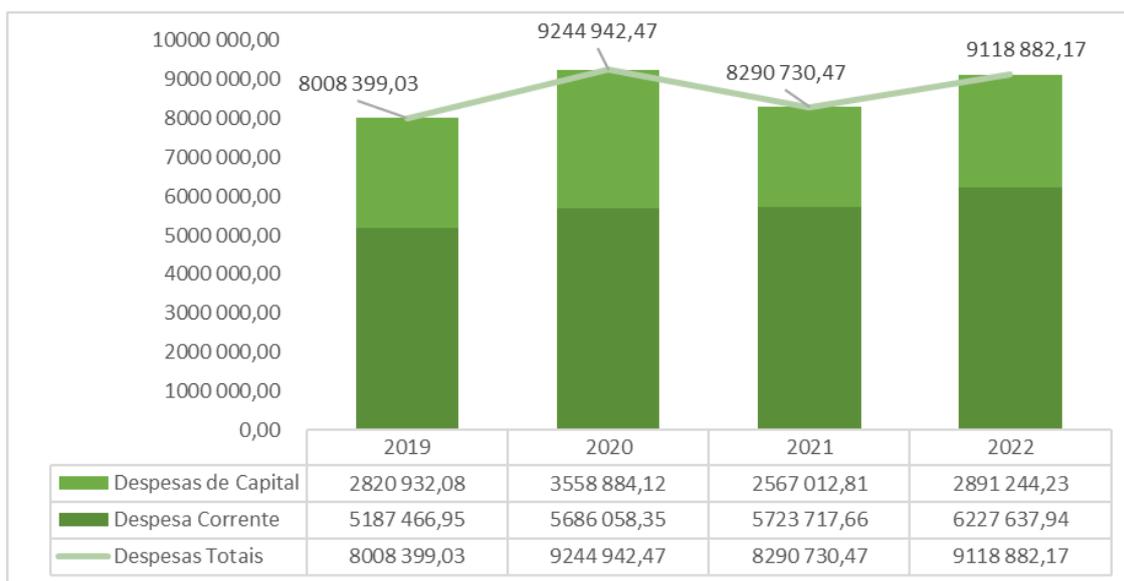
- Diversas Obras (Zona Industrial, Cabeça das Mós, Entrevinhas,...) : 422 mil euros;
- Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca: 190 mil euros;

Ainda neste capítulo foi considerado o valor de 228 mil euros referente ao empréstimo feito ao Banco Europeu do Investimento, no âmbito da transferência da dívida da empresa Águas Vale do Tejo, S.A.

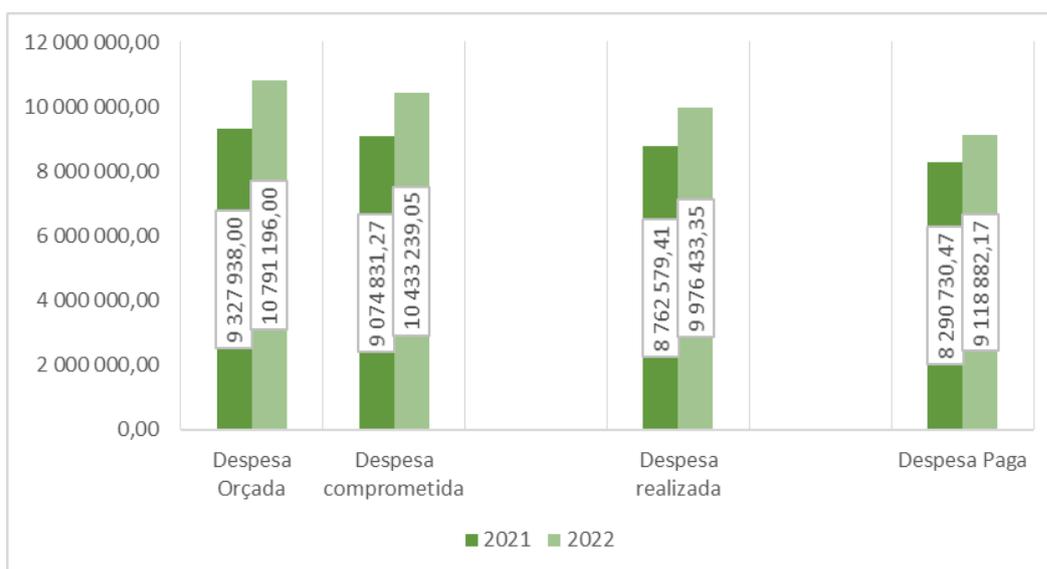
1.2 Despesa

No final de 2022, o **total da despesa** paga ascendeu a 9,119 milhões de euros, representando 85% do total orçamentado corrigido (10,791 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento na ordem dos 828 mil euros na despesa paga.

Da análise do gráfico seguinte verifica-se que a despesa total tem oscilado desde 2019, sendo que, foi no ano de 2020, onde se registou o maior valor. Pode-se ainda verificar que é a despesa de capital que tem originado a referida oscilação, uma vez que a despesa corrente tem aumentado progressivamente de ano para ano.



No próximo gráfico encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida e paga nos anos 2021 e 2022. O total dos compromissos assumidos, em 2022, alcançou os 10,433 milhões de euros, face aos 9,075 milhões de euros apurados no ano de 2021.



1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital

Em 2022 a **despesa corrente** paga relativamente ao total orçamentado teve uma execução de 85% (6,228 milhões de euros) e a **despesa de capital** paga de 83% (2,891 milhões de euros), originando uma execução de 85%.

Em relação à execução referente ao período homólogo, verifica-se aumentos de, 9% nas **despesas correntes** e 13% nas **despesas de capital** pagas o que totaliza uma variação de 10%, comparando com ano anterior.

Já em termos absolutos, comparando com o ano de 2021, as **despesas totais pagas** aumentaram em cerca de 828 mil de euros, sendo que para tal, as **despesas correntes** contribuíram com o valor 504 mil euros e as **despesas de capital** com o valor de 324 mil euros.

Evolução da despesa por económica

Análise orçamental	2022				2021				Δ 2021
	Dotação Final	Despesa	Paga %	Execução	Dotação Final	Despesa	Paga %	Execução	
Despesa Corrente	7 307 430,46	6 227 637,94	85%		6 418 003,00	5 723 717,66	89%		9%
Remunerações Certas e Permanentes	2 872 611,00	2 825 357,28	98%		2 861 141,00	2 819 085,03	99%		0%
Abonos Variáveis ou Eventuais	132 112,00	129 214,85	98%		105 547,00	103 742,59	98%		25%
Segurança Social	811 347,00	792 078,10	98%		914 408,00	898 665,53	98%		-12%
Aquisição de bens e serviços	2 637 610,20	1 816 882,06	69%		1 528 164,00	1 092 181,77	71%		66%
Juros e Outros Encargos	57 299,00	43 863,26	77%		49 721,00	42 978,32	86%		2%
Administração Central - Estado Português					1 780,00	1 560,66	88%		
Administração Local	175 589,71	81 599,78	46%		166 919,00	121 341,52	73%		-33%
Entidades do Setor não Lucrativo	96 624,00	68 798,52	71%		73 537,00	36 943,91	50%		86%
Famílias	284 934,55	279 511,14	98%		365 347,00	360 149,80	99%		-22%
Outras	145 000,00	121 564,53	84%		258 711,00	180 246,68			
Subsídios Correntes	5 240,00	4 000,48	76%		3 320,00	2 660,00	80%		50%
Outras Despesas Correntes	89 063,00	64 767,94	73%		89 408,00	64 161,85	72%		1%
Despesas de Capital	3 483 765,54	2 891 244,23	83%		2 909 935,00	2 567 012,81	88%		13%
Aquisição de bens de capital	2 821 917,89	2 236 185,19	79%		2 087 051,00	1 753 404,71	84%		28%
Administração Local	4 582,65	1 762,69	38%		32 422,00	26 147,16	81%		-93%
Entidades do Setor não Lucrativo	25 301,00	22 500,00	89%		8 165,00	5 164,80	63%		336%
Despesa com ativos financeiros	100,00				9 726,00	9 725,99	100%		-100%
Despesa com passivos financeiros	631 864,00	630 796,35	100%		772 571,00	772 570,15	100%		-18%
Despesas Totais	10 791 196,00	9 118 882,17	85%		9 327 938,00	8 290 730,47	89%		10%

A **despesa corrente** paga em 2022, no montante de 6,228 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos de **despesas com o pessoal** (3,747 milhões de euros) e **aquisição de bens e serviços** (1,817 milhões de euros), e **transferências correntes** (555 mil euros).

A **despesa de capital** paga em 2022, no montante de 2,891 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com **aquisição de bens de capital** (2,236 milhões de euros) e despesa com **passivos financeiros** (631 mil euros).

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da despesa corrente realizada e paga, em 2021 e 2022. Consta-se que a **despesa corrente realizada**, face a 2021 aumentou cerca de 14% (849 mil euros). Já em relação à **despesa corrente paga** comparando com o período homólogo, a mesma aumentou em cerca de 9% (503 mil euros).

Evolução da despesa corrente

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2022	2021	Δ 2021	2022	2021	Δ 2021
Despesas Correntes						
Remunerações Certas e Permanentes	2 828 621,53	2 857 013,36	-28 391,83	2 825 357,28	2 819 085,03	6 272,25
Abonos Variáveis ou Eventuais	129 251,39	104 965,64	24 285,75	129 214,85	103 742,59	25 472,26
Segurança Social	801 731,87	901 497,83	-99 765,96	792 078,10	898 665,53	-106 587,43
Aquisição de bens e serviços	2 368 528,65	1 323 951,90	1 044 576,75	1 816 882,06	1 092 181,77	724 700,29
Juros e Outros Encargos	44 797,49	44 572,48	225,01	43 863,26	42 978,32	884,94
Administração Central - Estado Português		1 560,66	-1 560,66		1 560,66	-1 560,66
Administração Local	158 791,78	157 099,78	1 692,00	81 599,78	121 341,52	-39 741,74
Entidades do Setor não lucrativo	90 460,61	38 649,24	51 811,37	68 798,52	36 943,91	31 854,61
Famílias	281 778,77	360 530,93	-78 752,16	279 511,14	360 149,80	-80 638,66
Outras	122 224,70	196 104,64	-73 879,94	121 564,53	180 246,68	-58 682,15
Subsídios Correntes	5 000,48	2 660,00	2 340,48	4 000,48	2 660,00	1 340,48
Outras Despesas Correntes	83 552,66	77 145,12	6 407,54	64 767,94	64 161,85	606,09
Total de Despesas Correntes	6 914 739,93	6 065 751,58	848 988,35	6 227 637,94	5 723 717,66	503 920,28

No próximo quadro encontra-se registada a evolução da despesa capital realizada e paga, em 2021 e 2022.

Constata-se que a **despesa capital realizada** face a 2021 aumentou em cerca de 14% (365 mil euros). Já em relação à **despesa capital paga** comparando com o ano de 2021, a mesma também aumentou em cerca de 13% (324 mil euros).

Evolução da despesa capital

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2022	2021	Δ 2021	2022	2021	Δ 2021
Despesas Capital						
Aquisição de bens de capital	2 405 550,65	1 881 771,08	523 779,57	2 236 185,19	1 753 404,71	482 780,48
Administração Local	2 846,42	27 595,81	-24 749,39	1 762,69	26 147,16	-24 384,47
Entidades do Setor não lucrativo	22 500,00	5 164,80	17 335,20	22 500,00	5 164,80	17 335,20
Despesa com ativos financeiros		9 725,99	-9 725,99		9 725,99	-9 725,99
Despesa com passivos financeiros	630 796,35	772 570,15	-141 773,80	630 796,35	772 570,15	-141 773,80
Total de Despesas de Capital	3 061 693,42	2 696 827,83	364 865,59	2 891 244,23	2 567 012,81	324 231,42

1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2022 encerrou com um **total de despesa orçada** de 10,791 milhões de euros, e **paga** de 9,119 milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de 85%.

A **despesa corrente** paga regista um nível de execução orçamental superior à **despesa de capital** paga, sendo a diferença pouco significativa, de 85% contra 83%, respetivamente.

No que se refere às **despesas correntes**, as rubricas de **peçoal** e **famílias** são as que apresentam maior taxa de execução, com 98% ambas.

No âmbito das **despesas de capital**, a rubrica de **Despesa com passivos financeiros** é a que apresenta maior taxa de execução, tendo-se executado quase a totalidade do orçado..

Execução da despesa

Capítulos	2021	Despesa		% Compr	Despesa		Taxa de	
		Orçada	comprometida		realizada	Real.		Despesa Paga
		1	2	3 = 2 / 1	4	5 = 4 / 1	6	7 = 6 / 1
Despesa Corrente	5 723 717,66	7 307 430,46	7 102 382,25	97%	6 914 739,93	95%	6 227 637,94	85%
Remunerações Certas e Permanentes	2 819 085,03	2 872 611,00	2 829 571,53	99%	2 828 621,53	98%	2 825 357,28	98%
Abonos Variáveis ou Eventuais	103 742,59	132 112,00	129 251,39	98%	129 251,39	98%	129 214,85	98%
Segurança Social	898 665,53	811 347,00	802 333,51	99%	801 731,87	99%	792 078,10	98%
Aquisição de bens e serviços	1 092 181,77	2 637 610,20	2 515 109,46	95%	2 368 528,65	90%	1 816 882,06	69%
Juros e Outros Encargos	42 978,32	57 299,00	48 613,41	85%	44 797,49	78%	43 863,26	77%
Administração Central - Estado Português	1 560,66							
Administração Local	121 341,52	175 589,71	174 755,16	100%	158 791,78	90%	81 599,78	46%
Entidades do Setor não lucrativo	36 943,91	96 624,00	93 784,80	97%	90 460,61	94%	68 798,52	71%
Famílias	360 149,80	284 934,55	282 960,91	99%	281 778,77	99%	279 511,14	98%
Outras	180 246,68	145 000,00	136 580,88	94%	122 224,70	84%	121 564,53	84%
Subsídios Correntes	2 660,00	5 240,00	5 000,48	95%	5 000,48	95%	4 000,48	76%
Outras Despesas Correntes	64 161,85	89 063,00	84 420,72	95%	83 552,66	94%	64 767,94	73%
Despesas de Capital	2 567 012,81	3 483 765,54	3 330 856,80	96%	3 061 693,42	88%	2 891 244,23	83%
Aquisição de bens de capital	1 753 404,71	2 821 917,89	2 670 260,32	95%	2 405 550,65	85%	2 236 185,19	79%
Administração Local	26 147,16	4 582,65	4 582,38	100%	2 846,42	62%	1 762,69	38%
Entidades do Setor não lucrativo	5 164,80	25 301,00	25 217,28	100%	22 500,00	89%	22 500,00	89%
Despesa com ativos financeiros	9 725,99	100,00						
Despesa com passivos financeiros	772 570,15	631 864,00	630 796,82	100%	630 796,35	100%	630 796,35	100%
Despesas Totais	8 290 730,47	10 791 196,00	10 433 239,05	97%	9 976 433,35	92%	9 118 882,17	85%

Analisando agora os capítulos da despesa e no que se refere à rubrica **despesas com o pessoal**, que é constituído por três componentes, como podemos ver no mapa abaixo, a mesma regista um valor de 3,747 milhões de euros, com uma variação negativa de 75 mil euros, face ao ano anterior, justificada pela componente **Segurança Social**, sendo que as outras duas, registaram aumentos.

Retratando a componente **“Remunerações Certas e Permanentes”**, onde são considerados nomeadamente, os vencimentos bases, subsídios de Férias, Natal e refeição, recrutamento de novos postos de trabalho, alterações obrigatórias nas remunerações, registou um aumento de 6 mil euros.

Nesta componente, as rubricas que a compõem registaram comportamentos diferentes. Assim, com aumentos, face ao ano anterior, destaca-se as três rubricas, **Pessoal em Funções**, que se justifica pelos aumentos dos vencimentos, no valor de 27 mil euros **Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho**, neste caso, pela entrada de quatro bombeiros sapadores e quatro assistentes operacionais para a valência da creche, no valor de 16 mil euros, e **Pessoal em regime de tarefa ou avença**, pela contratação de uma educadora de infância também para a valência de creche e de uma técnica superior na área da educação social, no valor de 22 mil euros.

Em sentido contrário, registando diminuições, destaca-se as rubricas, **Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remunerator**, uma vez que avaliação de desempenho dos trabalhadores é feita bienalmente, tendo a última ocorrido em 2021, sendo a variação no valor de 28 mil euros, e a rubrica **Subsídio de férias e de Natal**, justificado pelo facto das contribuições para a segurança do social referente ao processamento de subsídio de natal do ano de 2020 ter sido pago apenas em Janeiro de 2021, situação que não aconteceu em 2022, no valor de 34 mil euros.

Evolução da despesa paga com Remunerações certas e permanentes

Remunerações Certas e Permanentes	Despesa paga		
	2022	2021	Δ 2021
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autá	73 295,82	62 640,65	10 655,17
Pessoal em Funções	1 897 875,76	1 871 054,57	26 821,19
Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remur	610,64	28 589,23	-27 978,59
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	34 346,11	17 922,62	16 423,49
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho			
Pessoal em regime de tarefa ou avença	24 600,00	2 860,00	21 740,00
Pessoal em qualquer outra situação	143 150,04	141 509,76	1 640,28
Representação	23 645,21	23 647,64	-2,43
Suplementos e prémios	3 468,45	3 901,69	-433,24
Subsidio de refeição	187 542,83	185 778,19	1 764,64
Subsidio de férias e de Natal	373 051,47	406 982,99	-33 931,52
Remunerações por doença e maternidade/pater	63 770,95	74 197,69	-10 426,74
Total de Remunerações Certas e Permanentes	2 825 357,28	2 819 085,03	6 272,25

A componente **“Segurança Social”** onde são consideradas, nomeadamente, as despesas referentes à parte da Entidade patronal dos descontos para a segurança social e caixa geral de aposentações, encargos com saúde, seguros de acidentes de trabalho, totalizando 792 mil euros, registando uma diminuição de 106 mil euros.

Tal como referido na componente anterior, o mesmo motivo justifica a referida diminuição, ou seja, a dívida que existia no final de 2020, no âmbito parte da entidade patronal dos descontos para a segurança social e caixa geral de aposentações, no valor de 99 mil euros, foi paga apenas em janeiro de 2021, o que não aconteceu em 2022.

Evolução da despesa paga com Despesas com o Pessoal

Despesas com Pessoal	2019	2020	2021	2022	Δ 2021
Remunerações Certas e Permanentes	2 720 278,60	2 613 380,53	2 819 085,03	2 825 357,28	0%
Abonos Variáveis ou Eventuais	92 840,24	81 055,87	103 742,59	129 214,85	25%
Segurança Social	718 613,14	770 198,42	898 665,53	792 078,10	-12%
Despesas com Pessoal	3 531 731,98	3 464 634,82	3 821 493,15	3 746 650,23	-2%

Em relação à rubrica **aquisição de bens e serviços**, registou o valor de 1,817 milhões de euros, tendo tido uma execução de 69%, com um aumento no valor de 725 mil euros face ao ano de 2021.

No capítulo destinado a esta componente será analisado a situação com maior detalhe.

A rubrica **Juros e Outros Encargos** registou o valor de 44 mil euros, tendo havido um aumento residual, no valor de mil euros face ao ano anterior. A execução foi de 77%.

A rubrica **transferências correntes** com o valor pago de 555 mil euros, registaram uma diminuição de 147 mil euros, face ao ano de 2021.

Para a referida diminuição, e como podemos verificar no mapa abaixo, existiram rubricas que sofreram variações positivas e outras negativas.

Assim com variações negativas destaca-se a rubrica **“Associações de municípios”** onde se inclui as transferências para CIMT, com o valor de 28 mil euros, uma vez que em 2021 foram pagas transferências associadas à pandemia COVID-19.

A rubrica **“Programas Operacionais”** onde são registadas as despesas referente aos CEI, CEI+ e empregos apoiados, que registou um valor de 94 mil euros, cuja variação foi de 77 mil euros, justificada nomeadamente pela cessação, ainda no final de 2021, de quatro contratos no âmbito do emprego apoiado.

A rubrica **“Empresas públicas municipais e intermunicipais”** onde são registadas as transferências para a empresa Tejo Ambiente, S.A, verificando-se pagamentos que ascenderam ao valor de 122 mil euros. A redução foi de 58 mil euros e foi justificada principalmente pelo valor referente à cobertura de prejuízos que passou de 127 mil euros em 2021 para 49 mil euros em 2022.

Em sentido contrário a rubrica **Instituições sem fins lucrativos** com o valor de 69 mil euros registou um aumento de 32 mil euros face ao ano de 2021.

A situação em apreço justifica-se pelo facto dos apoios referente ano de 2021, principalmente, à Filarmónica União Sardoalense e Grupo Desportivo e Recreativo “Os Lagartos” de Sardoal, apenas terem sido atribuídos já em 2022, no valor de 20 mil euros.

Evolução da despesa paga com Transferências Correntes

Transferências Correntes	Despesa paga		
	2022	2021	Δ 2021
Estado		1 560,66	-1 560,66
Municípios	138,98	10 430,06	-10 291,08
Freguesias	64 439,61	65 493,09	-1 053,48
Associações de municípios	17 021,19	45 418,37	-28 397,18
Instituições sem fins lucrativos	68 798,52	36 943,91	31 854,61
Programas Operacionais	94 066,52	171 159,77	-77 093,25
Outras	185 444,62	188 990,03	-3 545,41
Empresas públicas municipais e intermunicipais	121 564,53	180 246,68	-58 682,15
Outras	4 000,48	2 660,00	1 340,48
Total de Despesas Correntes	555 474,45	702 902,57	-147 428,12

A rubrica **“Outras despesas correntes”** onde são registadas nomeadamente as despesas referentes às taxas bem como as quotizações, registou o valor de 65 mil euros com uma variação positiva residual, sendo inferior a mil euros.

No âmbito das **despesas de capital** que registou um aumento em cerca de 324 mil euros podemos destacar a rubrica **Aquisição de bens de capital** com uma execução de 79%, tendo registado o valor de 2,236 milhões de euros, tendo contribuído para este valor, nomeadamente as seguintes obras e equipamentos:

- Requalificação da Escola EB 1, 2, 3 e secundária de Sardoal: 1,180 milhões de euros;
- Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca: 246 mil euros;
- Zona Industrial (PES): 69 mil euros;
- Pavimentações na freguesia de Sardoal: 346 mil euros;
- Centro de Interpretação da Semana Santa: 84 mil euros;
- Reparação em viaturas: 30 mil euros;
- Gabinete Oral de saúde de Sardoal; 24 mil euros;
- PDM: 31 mil euros;

A referida rubrica registou um aumento em cerca de 483 mil euros, face ao ano de 2021.

A rubrica **“Despesa com passivos financeiros”**, sendo que nesta rubrica estão consideradas as despesas referentes às amortizações dos empréstimos, totalizou o valor 631 mil euros, tendo registado uma diminuição de 142 mil euros, face ao ano anterior.

1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços

Este capítulo representa 20% dos pagamentos do orçamento do Município, totalizando o valor de 1,817 milhões de euros, tendo sido pago cerca de 69% do orçado.

Face ao ano anterior registou-se um aumento de 725 mil euros, como já referido anteriormente.

Abaixo apresentamos o mapa com a evolução dos gastos referente às rubricas que representam 80% do valor pago.

Evolução da despesa paga com aquisições de bens e serviços

Rubrica	Aquisição de Serviços	2019	2020	2021	2022	Δ 2021
020201	Encargos das instalações	241 892,96	359 501,32	295 070,66	513 915,36	74%
020220	Outros trabalhos especializados	310 795,04	418 974,61	255 622,45	424 383,19	66%
02011601	Água	50 789,54	199 065,90	4 779,96	165 755,85	3368%
020225	Outros serviços	130 853,11	106 959,10	31 205,71	102 322,75	228%
020217	Publicidade	19 929,31	20 170,47	19 653,48	54 363,62	177%
02010202	Gasóleo	90 373,33	78 874,60	56 949,44	82 326,23	45%
020210	Transportes	65 140,76	49 378,20	57 378,75	74 207,83	29%
020213	Deslocações e estadas	735,83	567,80	132,73	13 799,89	10297%
020215	Formação	2 393,73	2 448,45	4 366,18	17 115,30	292%
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	35 175,16	38 539,00	18 082,27	29 474,12	63%

Para uma melhor análise podemos decompor em dois subtítulos, **aquisição de bens** e **aquisição de serviços**.

Assim em 2022, a despesa paga com **aquisição de bens** atingiu os 475 mil euros, tendo-se verificado um aumento no valor de 195 mil euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica **Água**, com uma execução de 166 mil euros, tendo registado um aumento de 161 mil euros. Esta situação justifica-se pelo facto de ter sido

acordado a transferência da dívida à empresa Águas do Vale do Tejo, S.A para o Banco Europeu do Investimento.

Outra componente que também contribui para a referida variação foi a rubrica **Gasóleo**, totalizando o valor de 82 mil euros, registando um aumento de 25 mil euros, justificado pelo aumento do preço, relacionado com a guerra da Ucrânia/Rússia.

Em sentido contrário destaca-se as rubricas **Vestuário e artigos pessoais**, totalizando o valor de 4 mil euros e **Alimentação-Refeições confeccionadas**, no valor de 88 mil euros, tendo reduzido, face ao ano anterior, o valor de 9 mil euros, e 7 mil euros, respetivamente.

No que concerne à despesa paga com **aquisição de serviços**, a mesma ascendeu ao valor de 1,342 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 529 mil euros, relativamente ao período homólogo.

As grandes rubricas que contribuíram para a referida variação foram, **Encargos com instalações**, totalizando o valor de 514 mil euros, com um peso de 32%, tendo registado variação de 219 mil euros. Nesta rubrica consideram-se os pagamentos referente à eletricidade dos edifícios e iluminação pública, Gás para piscina coberta e fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos. Os referidos aumentos foram fundados pelo aumento dos preços, também aqui relacionado pelas implicações originadas pela guerra, e pelo novo EVEF, e ainda do aumento de novos contratos, por parte da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A.

A rubrica **Outros trabalhos especializados**, registaram o valor de 424 mil euros, com o peso de 26%, tendo aumentado em cerca de 169 mil euros. Nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Atividades de enriquecimento Curricular: 10 mil euros;
- Candidatura PEDIME (financiamento em cerca de 80%): 41 mil euros;
- Candidatura Caminhos Literários (financiamento a 100%): 107 mil euros;
- Candidatura Viver ao Vivo (financiamento em cerca de 98%): 31 mil euros;
- Candidatura Dentes de Leão (financiamento em cerca de 80%): 8 mil euros;
- Atividades culturais do Município: 50 mil euros;
- Defesa da Floresta contra incêndios: 11 mil euros;
- Candidatura Centro de Interpretação da Semana Santa (Financiamento a 85%): 21 mil euros;
- Boletins Municipais: 10 mil euros;

A rubrica **Outros serviços**, registaram o valor de 102 mil euros, com o peso de 6%, tendo aumentado em cerca de 71 mil euros. Também nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Saneamento (transferência da dívida à AVT para o BEI: 50 mil euros);
- Atividades culturais do Município: 30 mil euros;

A rubrica **Publicidade**, registou o valor de 54 mil euros, com o peso de 3%, tendo aumentado em cerca de 35 mil euros. Esta aumento justifica-se pelo facto de se ter adquirido serviços no âmbito da candidatura do Centro de Interpretação da Semana Santa no valor de 20 mil euros;

1.3 Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte.

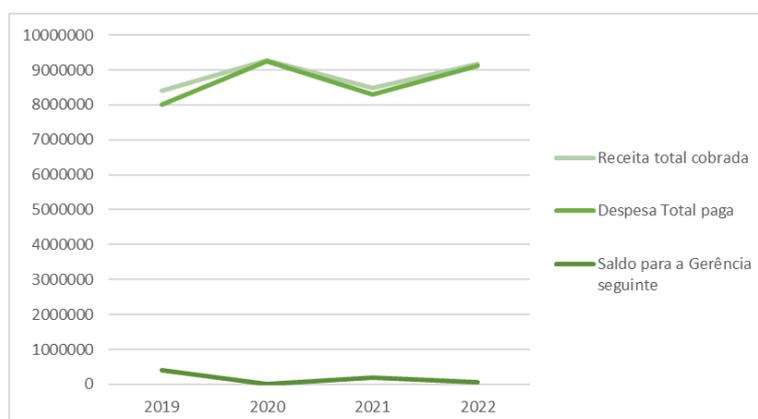
Como podemos verificar não existe uma variação consistente, sendo que o Município de Sardoal, e sabendo da existência de dívida, tenta maximizar os pagamentos fazendo com que o saldo para a gerência seguinte seja diminuto.

Receita vs Despesa

Designação	2019	2020	2021	2022
Receita total cobrada	8 401 181,02	9 265 802,79	8 496 592,63	9 173 139,12
Despesa Total paga	8 008 399,03	9 244 942,47	8 290 730,47	9 118 882,17
Saldo para a Gerência seguinte	392 781,99	20 860,32	205 862,16	54 256,95

No gráfico seguinte é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e do respetivo saldo para a gerência seguinte, nos últimos quatro anos.

O saldo a transitar para a gerência de 2023 ronda os 54 mil euros.



1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2022	2021
Da receita		
Impostos Directos / Receitas Correntes	10%	8%
Impostos Indirectos/Receitas Correntes	0,027%	0,028%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	83%	85%
Transferências Capital/Receitas de Capital	61%	81%
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	39%	19%
Receitas Correntes/Receitas Totais	67%	69%
Receitas Capital/Receitas Totais	31%	31%
Outras Receitas / Receitas Totais	2%	0%
Indicadores Orçamentais de Estrutura		
Da Despesa		
Pessoal/Despesas Correntes	60%	67%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	29%	19%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	9%	12%
Aquisição de Bens de Investimento/Despesas de Capital	77%	68%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	0,8%	1,2%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	22%	30%
Despesas Correntes/Despesas Totais	68%	69%
Despesas de Capital/Despesas Totais	32%	31%
Da capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas	1,006	1,025
Receitas Próprias de Funcionamento	7 940 667,04 €	6 666 146,88 €
Despesas Correntes + Passivos Financeiros	6 858 434,29 €	6 496 287,81 €
Prazo Médio Pagamentos - em dias	71	48

Em conclusão:

A receita total cobrada atingiu 9,173 milhões de euros dos 10,791 milhões de euros de receita corrigida, registada no fim do ano de 2022, apresentando uma execução de 85%. Do montante da receita total cobrada, 1,04 milhões euros correspondem a **receitas próprias**, e 54 mil euros a **saldo transitado da gerência anterior**, 6,789 milhões de euros de **transferências totais** e 1,117 milhões euros de **passivos financeiros**.

Face a 2021, o exercício de 2022 encerra com um aumento na receita total cobrada, em termos absolutos, na ordem dos 677 mil euros.

No final de 2022, o total da despesa paga ascendeu a 9,119 milhões de euros, representando 85% do total orçamentado (10,791 milhões de euros).

O total dos compromissos assumidos, no final de 2022, alcançou os 10,433 milhões de euros face aos 9,075 milhões de euros apurados no ano de 2021.

O saldo a transitar para a gerência de 2023 ronda os 54 mil euros.

2. Análise económica-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sardeal.

2.1. Balanço

Em 2022, o **Ativo** do Município de Sardeal atingiu os 19,752 milhões de euros, registando um aumento de 4,067 milhões de euros (26%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2022	2021	Δ 2021
Ativos fixos tangíveis	17 708 482,93	13 608 769,50	4 099 713,43 €
Ativos intangíveis	107 399,58	63 203,63	44 195,95 €
Participações financeiras	290 479,10	290 479,10	- €
Diferimentos..	5 282,55	5 979,15	- 696,60 €
Outras contas a receber.	449 049,80	449 049,80	- €
Ativo não Corrente	18 560 693,96	14 417 481,18	4 143 212,78 €
Inventários	70 053,26	62 946,01	7 107,25 €
Devedores por transferências e subsídios não	8 621,48	3 158,01	5 463,47 €
Clientes, contribuintes e utentes	13 770,94	19 619,15	- 5 848,21 €
Estado e outros entes públicos	45 201,00	46 570,64	- 1 369,64 €
Outras contas a receber	911 667,33	829 203,31	82 464,02 €
Diferimentos...	3 227,62	4 717,10	- 1 489,48 €
Caixa e depósitos	138 713,61	301 060,02	- 162 346,41 €
Ativo Corrente	1 191 255,24	1 267 274,24	- 76 019,00 €
Ativo Total	19 751 949,20	15 684 755,42	4 067 193,78 €

O **Ativo não corrente** com o valor de 18,561 milhões euros representa 94% do total do ativo, tendo registado um aumento de 4,143 milhões de euros (29%). Esta variação justifica-se nomeadamente pelo investimento feito durante o ano de 2022, que ascende ao valor de 2,354 milhões de euros, bem como a escrituração do valor líquido de 2,749 milhões de euros referente a ativos fixos em concessão, nomeadamente pela empresa E-Redes e Tejo Ambiente, EIM, S.A.

Dentro desta componente encontra-se a rubrica **ativos fixos tangíveis** que representa 90% do total do ativo e registaram um aumento de 4,100 milhões de euros, justificado anteriormente.

Os **ativos fixos intangíveis** com o valor de 107 mil euros, registaram um aumento de 44 mil euros, fruto das despesas relacionadas com o PDM, no valor de 24 mil euros, e aquisição de filmes no âmbito do Centro de Interpretação da Semana Santa, no valor de 20 mil euros.

A conta **outras contas a receber** tem registado o valor de 449 mil euros, valor esse, referente ao contrato existente entre o Município e a empresa Águas Vale do Tejo. S.A pela concessão de infraestruturas, sendo que anualmente o valor será abatido em 3%. De referir que neste acordo não foi incluída a infraestrutura “Barragem da Lapa” uma vez que a mesma foi contratualizada de uma outra forma, neste caso, a venda da mesma pelo valor de 1,098 milhões de euros, tendo o Município já arrecadado o valor de 300 mil euros.

Em relação ao **Ativo corrente**, com o valor de 1,191 milhões de euros, com o peso de 6%, registou uma diminuição de 6%, no valor de 76 mil euros. Para esta redução contribui a rubrica **Caixa e Depósitos** que sofreu uma redução em cerca de 162 mil euros, face ao ano de 2021. Em sentido contrário temos a rubrica **Outras Contas a receber** que registou um aumento de 82 mil euros.

Apesar da rubrica **Clientes, contribuintes e utentes** apresentar um valor líquido de 14 mil euros, na mesma está considerada a verba de 870 mil euros referente a perdas por imparidades acumuladas, onde está inscrito o valor de 798 mil euros referente à venda da Barragem da Lapa.

A rubrica **Caixa e depósitos** com o valor de 139 mil euros, registou uma diminuição de 162 mil euros.

Em relação ao **Passivo**, o Município de Sardoaal fechou o ano com um valor de 7,576 milhões de euros, sendo constituído em 84% por **Passivo não corrente** e em 16% por **Passivo corrente**. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2022	2021	Δ 2021
Provisões	70 168,60	120 165,32 -	49 996,72 €
Financiamentos obtidos	2 942 880,32	2 704 398,53	238 481,79 €
Fornecedores			- €
Diferimentos...	2 368 750,24	449 049,80	1 919 700,44 €
Outras contas a pagar	84 106,71	72 350,63	11 756,08 €
Passivo não Corrente	5 465 905,87	3 345 964,28	2 119 941,59 €
Credores por transferências e subsídios não re	112 637,06	64 465,60	48 171,46 €
Fornecedores.	584 608,20	237 580,06	347 028,14 €
Estado e outros entes públicos.	107 974,54	88 579,20	19 395,34 €
Financiamentos obtidos.	359 537,05	339 574,27	19 962,78 €
Fornecedores de investimentos	259 116,56	152 503,56	106 613,00 €
Outras contas a pagar.	650 230,18	780 572,17 -	130 341,99 €
Diferimentos.	36 329,94	55 605,01 -	19 275,07 €
Passivo Corrente	2 110 433,53	1 718 879,87	391 553,66 €
Passivo Total	7 576 339,40	5 064 844,15	2 511 495,25 €

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um aumento de 50%, sendo que, o **Passivo não corrente**, aumentou 63%, no valor de 2,120 milhões euros, e o **Passivo corrente** com aumento de 23%, no valor de 392 mil euros, totalizando um aumento de 2,511 milhões de euros face ao ano de 2021.

Em relação ao **Passivo não corrente** verifica-se a rubrica **Provisões** com uma diminuição em cerca de 50 mil euros, uma vez que no ano de 2022, o resultado líquido do exercício da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A é positivo não sendo necessário fazer qualquer provisão. De referir ainda que o atual valor inscrito na referida rubrica é referente a um processo instaurado pelo IFAP, processo n.º 1304/18.1 BELRA, solicitando a restituição de reembolso no valor de 70.168,60€ (PRODER- Ação 2.3.1./ Sub_ção 2.3.1.1. – Defesa da Floresta contra incêndios – Operação 020000029073), cuja a sentença em 10.02.2023, que se julgou procedente a impugnação do Município, anulando o ato de pedido de restituição da verba, não tendo ainda sido transitada em julgado.

Em relação à rubrica **Financiamentos Obtidos** verifica-se que a mesma regista um aumento em cerca de 238 mil euros, justificado pelos empréstimos a médio longo prazos aprovados, referentes a várias obras de pavimentação, nomeadamente Zona Industrial e pavimentação de Cabeça das Mós e Entrevinhas, e ainda a empreitada de Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel, nova Biblioteca municipal.

Em relação à rubrica **Diferimentos**, a mesma apresenta um valor de 2,369 milhões de euros, registando um aumento de 1,920 milhões de euros face ao ano anterior. De referir que o incremento se deve nomeadamente ao registo do valor das concessões das empresas E-REDES e Tejo Ambiente, EIM, S.A no valor de 1,419 milhões de euros e 335 mil euros.

O **Passivo corrente**, tendo-se fixado no valor de 2,110 milhões de euros, com um aumento de 392 mil euros. Verifica-se que as rubricas **Fornecedores cc**, e de **investimento** foram as que contribuíram para o referido aumento, no valor de 347 mil euros e 107 mil euros respetivamente.

Em sentido contrário destaca-se a rubrica **Outras contas a pagar**, registando uma diminuição de 130 mil euros.

Os **fundos próprios** do Município passaram a totalizar 12,176 milhões de euros, o que traduz um aumento de 1,556 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

A rubrica **Resultados Transitados**, regista uma variação negativa de 358 mil euros face ao ano anterior, sendo a grande parte do valor referente ao Resultado líquido do ano anterior.

A rubrica **outras variações no Património Líquido**, totalizam 11,848 milhões de euros, tendo registado um aumento no valor de 2,079 milhões de euros, que se refere à diferença entre as verbas recebidas dos fundos comunitários e a imputação de subsídios e transferências para investimentos.

O **Resultado líquido do período**, no valor negativo de 512 mil euros, registou uma diminuição nos Fundos Próprios no valor de 165 mil euros, face ao período homólogo.

Evolução dos Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	2022	2021	Δ 2021
Património/Capital	17 152 629,19	17 152 629,19	- €
Reservas	4 261 741,52	4 261 741,52	- €
Resultados transitados	-20 596 730,19	-20 238 324,09	- 358 406,10 €
Ajustamentos em ativos financeiros	21 519,00	21 519,00	- €
Outras variações no Património Líquido	11 848 292,78	9 769 151,75	2 079 141,03 €
Resultado líquido do período	-511 842,50	-346 806,10	- 165 036,40 €
Passivo dos Fundos Próprios	12 175 609,80	10 619 911,27	1 555 698,53 €

2.2. Demonstração de resultados

O **Resultado líquido do período** é negativo, e ascende a cerca de 512 mil euros, sendo que o mesmo diminuiu, face ao ano anterior, em cerca de 165 mil euros.

Falando agora sobre as componentes da demonstração de resultados, os rendimentos, em 2022 foram de 6,898 milhões de euros para um nível de gastos de 7,410 milhões de euros, tendo-se verificado, aumentos em cerca de 8% nos rendimentos e de 10% nos gastos, mais 504 mil euros e 669 mil euros respetivamente.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2022.

Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2022	2021	Δ 2021	Δ 2021 (valor)
Impostos, contribuições e taxas	679 722,94	502 048,04	35%	177 674,90
Vendas	667,00	367,08	82%	299,92
Prestações de serviços e concessões	299 403,71	176 354,20	70%	123 049,51
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 163 873,44	4 954 579,35	4%	209 294,09
Trabalhos para a própria entidade		17 787,31	-100%	-17 787,31
Outros rendimentos	749 505,96	742 416,10	1%	7 089,86
Rendimentos/Gastos imputados de entidades cor	4 345,61			4 345,61
Juros e rendimentos similares obtidos		0,02	-100%	-0,02
Total de Proveitos	6 897 518,66	6 393 552,10	8%	503 966,56

Os **Rendimentos** ascenderam a 6,898 milhões de euros, registando um aumento de 8%, o que representa em termos absolutos, uma variação no valor de 504 mil euros.

A rubrica **Impostos, contribuições e taxas** com o valor de 680 mil euros, registou um aumento de 35%, o que equivale a uma variação no valor de 178 mil euros. A rubrica principal que contribuiu para esta variação positiva, foi a rubrica **Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis**, com uma variação de 134 mil euros.

A rubrica **Vendas** regista um valor residual, sendo inferior a mil euros. No ano de 2021 já assim foi.

A rubrica **Prestações de serviços e concessões** totaliza o valor de 299 mil euros, registando um aumento de 123 mil euros. Para este aumento, praticamente todas as rubricas contribuíram, sendo que a rubrica das **concessões** registou o maior aumento, no valor de 71 mil euros, referente às concessões da E-REDES e da Tejo Ambiente, EIM, S.A.

A rubrica **Transferências e subsídios correntes obtidos** com o valor de 5,164 milhões de euros, registando um aumento de 4%, o que equivale ao valor de 209 mil euros. Para tal contribuíram as verbas referentes à delegação de competências no âmbito da saúde e ação social, pois foi o primeiro ano em que foram registadas, totalizando 78 mil euros. Também as verbas oriundas da ANPC e INEM registaram aumentos no valor 49 mil euros. Foi ainda nesta rubrica que se considerou a verbas oriundas do FEDER para financiamento de despesa corrente, no valor de 165 mil euros, tendo-se registado uma variação positiva no valor de 117 mil euros. Foi ainda contabilizado o valor de 22 mil euros referente à candidatura Dentes de Leão.

A rubrica **outros rendimentos** com o registo de 750 mil euros, aumentou em cerca de 7 mil euros, destacando-se o aumento da rubrica **correções relativas a períodos anteriores** no

valor de 31 mil euros. Em sentido contrário temos a rubrica **rendimentos em investimentos não financeiros** que registou uma diminuição de 22 mil euros.

Efetuando uma análise, em termos absolutos, aos **gastos** de 2022, podemos concluir que houve um aumento de 669 mil euros face a 2021.

Evolução dos Gastos

Gastos	2022	2021	Δ 2021	Δ 2021 (valor)
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	62 260,64	39 484,86	58%	22 775,78
Fornecimentos e serviços externos	1 778 028,72	1 050 833,60	69%	727 195,12
Gastos com pessoal	3 803 191,39	3 632 137,16	5%	171 054,23
Transferências e subsídios concedidos	471 605,07	667 558,56	-29%	-195 953,49
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 126,59	950,77	650%	6 175,82
Outros gastos	154 236,62	203 624,33	-24%	-49 387,71
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 104 080,60	1 112 667,91	-1%	-8 587,31
Juros e gastos similares suportados	28 831,53	33 101,01	-13%	-4 269,48
Total dos Gastos	7 409 361,16	6 740 358,20	10%	669 002,96

A rubrica **Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos** com o valor de 62 mil euros, tendo registado um aumento de 23 mil euros (58%). Esta situação justifica-se pelo facto de o Município ter voltado à atividade normal, no período pós pandemia COVID-19.

A rubrica **Fornecimentos e serviços externos** com o valor de 1,778 milhões de euros, tendo registado um aumento de 727 mil euros. Para uma melhor clarificação referente às alterações verificadas, abaixo se apresenta o seguinte mapa com as sub-rubricas que se destacam:

Gastos	2022	2021	Δ 2021 (valor)
Outros - Serviços Culturais	186 284,85 €	34 478,10 €	151 806,75 €
Outros trabalhos especializados	128 185,30 €	24 817,81 €	103 367,49 €
Serviços de alojamento e de restauração	161 357,79 €	87 821,69 €	73 536,10 €
Projetos e serviços de informática	83 823,87 €	14 441,50 €	69 382,37 €
Água	63 364,24 €	1 254,06 €	62 110,18 €
Combustíveis e lubrificantes	139 207,18 €	80 839,00 €	58 368,18 €
Eletricidade	199 307,94 €	159 302,70 €	40 005,24 €
Iluminação Pública	217 560,56 €	182 521,34 €	35 039,22 €
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	34 028,69 €	2 859,75 €	31 168,94 €
Rendas e alugueres	51 944,45 €	25 884,34 €	26 060,11 €
Limpeza, higiene e conforto	24 541,84 €	160,24 €	24 381,60 €
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	42 904,03 €	19 393,97 €	23 510,06 €
Publicidade, comunicação e imagem	35 900,65 €	15 239,72 €	20 660,93 €
Honorários	36 141,87 €	18 003,39 €	18 138,48 €
Serviços de Educação	41 896,94 €	24 476,81 €	17 420,13 €
Serviços de transporte	63 189,47 €	54 378,81 €	8 810,66 €
Conservação e reparação	83 994,08 €	104 072,66 €	- 20 078,58 €

Os **gastos com o pessoal** que ascenderam a cerca de 3,803 milhões de euros, tendo um peso de 51% do total dos gastos, registando um aumento de 5%, no valor de 171 mil euros face a 2021. Para tal contribuíram, as novas contratações em regime de tempo indeterminado, quatro bombeiros sapadores, e quatro assistentes operacionais para a valência da creche municipal, a contratação da técnica superior de HST em regime de mobilidade, no âmbito da descentralização da saúde, entrada de três assistentes operacionais, e ainda os aumentos de vencimentos de todos trabalhadores de 0,9%.

De referir ainda em tendo em conta os aumentos de vencimentos para o ano de 2023, o qual se estimam para o ano de 2022, os valores referentes a férias e subsídio de férias, também aqui se verifica um aumento em cerca de 53 mil euros.

Em relação às **transferências e subsídios correntes concedidos** que ascenderam a 472 mil euros, com uma diminuição no valor de 196 mil euros comparativamente com 2021. A mesma justifica-se, nomeadamente, pela redução dos contratos do emprego apoiado, 48 mil euros, redução dos contratos de emprego e inserção, 19 mil euros, despesas relacionadas com o DECIR, 22 mil euros e ainda a redução das transferências para a empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A nomeadamente para cobertura de prejuízos, 50 mil euros e para os apoios no âmbito do COVID-19, 40 mil euros.

Em sentido contrário destaca-se as transferências correntes para as associações do Município totalizando o valor de 67 mil euros, registando um aumento de 35 mil euros, e ainda no mesmo âmbito transferências de capital, neste caso em concreto o valor de 20 mil euros para a FUS,.

A rubrica **outros gastos**, com o valor de 154 mil de euros, registando uma diminuição de 49 mil euros face ao ano de 2021. Nesta componente as **correções de relativas a períodos anteriores** registaram uma diminuição de 43 mil euros.

A rubrica **gastos/reversões de depreciações e amortização**, com o valor de 1,104 milhões de euros, registaram uma diminuição de 9 mil euros face a 2021.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,62	0,68
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	1,61	2,10
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,56	0,74
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	0,53	0,70
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	0,07	0,18
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-4%	-3%

2.4. Equilíbrio orçamental

De acordo com Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

Contudo e no âmbito do regime excepcional e dada a influência da receita dos impostos de 2020 relevantes para o apuramento das transferências para as autarquias locais, é suspensa a aplicabilidade do referido **equilíbrio**. (n.º3 do artigo 103.º do OE de 2022 de 27 de junho).

2.5. Endividamento Municipal

O limite da dívida é calculado de acordo com os artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o nº 1 do artigo nº2 da Lei 35/2021, de 13 agosto.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2022 do Município de Sardoal face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2022, não excedeu o limite de endividamento.

Apuramento do limite da Dívida Total para 2022	
1. Total receita cobrada nos 3 últimos anos	17 000 203,65 €
2. Média da receita	5 666 734,55 €
3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	8 500 101,83 €
Apuramento da Dívida Total	
4. Dívida total operações orçamentais do Município	
Passivo não corrente	3 026 987,03 €
Passivo corrente	1 431 790,57 €
5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	1 947,44 €
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	477,35 €
6. Exclusões	
Emprestimo Excecionado (artigos 82º e 102º OE 2017 e 2018)	-958 743,84 €
Fundo de Apoio Municipal	
Operações de Tesouraria	-84 551,08 €
7. Dívida Total a 31/12/2021 excluindo operações extraorçamentais	3 417 907,47 €
Apuramento da Capacidade de Endividamento	
8. Limite da dívida total da autarquia calculado a 01/01/2022	8 500 101,83 €
9. Montante da Dívida Total em 01/01/2022 (excluindo operações extraorçamentais)	2 962 531,96 €
10. Margem Absoluta	5 537 569,87 €
11. Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do art.º 52º)	1 107 513,97 €
12. Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	165 449,51 €
13. Margem efetivamente disponível para endividamento	486 688,95 €

2.6. Dívida Global

Como se pode verificar no mapa seguinte a dívida total em 2022 ascende a 4,459 milhões de euros, registando um aumento de 726 mil euros, sendo que o **Passivo não corrente** contribui com 3,027 milhões de euros e o **Passivo corrente** com 1,432 milhões euros, tendo os mesmos registado aumentos no valor de 250 mil euros e 476 mil euros respetivamente.

Evolução da dívida global

Divida Total	2022	2021	Diferença	Δ 2021	2020
Financiamentos obtidos	2 942 880,32	2 704 398,53	238 481,79	9%	2 714 629,02
Fornecedores					227 653,83
Outras contas a pagar	84 106,71	72 350,63	11 756,08	16%	71 815,86
Passivo não Corrente	3 026 987,03	2 776 749,16	250 237,87	9%	3 014 098,71
Credores por transferências e subsídios não re	112 637,06	64 465,60	48 171,46	75%	78 263,13
Fornecedores.	584 608,20	237 580,06	347 028,14	146%	391 669,17
Estado e outros entes públicos.	107 974,54	88 579,20	19 395,34	22%	243 878,23
Financiamentos obtidos.	359 537,05	339 574,27	19 962,78	6%	375 754,01
Fornecedores de investimentos	259 116,56	152 503,56	106 613,00	70%	912 900,73
Outras contas a pagar.	7 917,16	73 050,05	-65 132,89	-89%	24 134,89
Passivo Corrente	1 431 790,57	955 752,74	476 037,83	50%	2 026 600,16
Divida Total	4 458 777,60	3 732 501,90	726 275,70	19%	5 040 698,87

Em relação às justificações referente às variações registadas, as mesmas já foram dadas no capítulo do Balanço, no caso concreto o Passivo.

Mesmo assim destaca-se o aumento da dívida total em 726 mil euros, fixando-se nos 4,459 milhões de euros, sendo que em comparação com a dívida registada no ano de 2020, a mesma regista uma diminuição de 582 mil euros.

2.6.1 Prazo médio de pagamentos

Em relação ao prazo médio de pagamentos, o mesmo é calculado conforme estipulado no despacho nº 9870/2009 de 13 de abril, sendo que à data de 31 dezembro de 2022, o mesmo registava um prazo de **71 dias** contra os 48 dias registados em 31 dezembro de 2021.

No quadro abaixo, apresentamos o cálculo do mesmo.

Cálculo do Prazo médio de Pagamentos

Descrição	1T	2T	3T	4T
Fornecedores	507 501,50	330 239,01	391 001,26	584 608,20
Fornecedores de investimentos c/c	371 840,56	478 384,05	214 230,61	167 721,61
Outras entidades	1 671,23	1 736,88	3 193,01	6 665,48
Total da Dívida	881 013,29	810 359,94	608 424,88	758 995,29
Compras	17 996,73	20 573,47	22 146,38	9 812,44
Fornecimentos e serviços externos	332 629,45	399 495,09	419 090,87	626 813,31
Ativos Tangíveis	462 345,91	681 521,51	265 519,79	945 164,32
Ativos Intangíveis		1 000,00	23 677,50	3 088,53
Total das aquisições	812 972,09	1 102 590,07	730 434,54	1 584 878,60
Factor [91,25]	99	67	76	44
PMP			71	

3. Contabilidade de Gestão

Tal como já referido no ano anterior e reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora

no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2021, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais. Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro.

O sistema atual não permite obter informação completa e fiável da imputação dos custos diretos e indiretos por cada bem produzido ou serviço prestado, e considerando a IPSAS 33, que estabelece um “período de transição opcional de três anos” na adoção pela primeira vez do normativo.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

O SNC AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal, completa a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

Vem ainda facultar informação mais completa, o sistema passa a determinar, além dos custos, também os proveitos e resultados, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

Assim no ano de 2022, já foi criado um plano, tendo em conta as grandes rubricas dos Bens ou serviços, decompondo-se em quatro componentes:

- Mão de obra;
- Outros Custos;
- Depreciações;
- Custos Indiretos;

3.1. Análise de custos por bem ou serviço

Apesar de estar estabelecida uma classificação funcional dos custos de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192 /2015 de 11 de

setembro, o Município entendeu criar o seu próprio plano, indo o mesmo ao encontro do estabelecido na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

De referir que nesta primeira fase a preocupação é trabalhar os gastos, ficando a análise dos rendimentos para anos futuros.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido.

Da análise do mapa seguinte, cujos custos se encontram desagregados pelas quatro componentes já referidos anteriormente, verifica-se que as componentes têm os seguintes pesos:

- Mão de obra – 51%
- Outros Custos – 31%
- Depreciações – 15%
- Custos Indiretos – 3%

Em relação aos Bens e serviços verifica-se que o bem ou serviço com maior peso, 34%, é **ADMINISTRAÇÃO GERAL**, totalizando 2,539 milhões de euros.

Na **PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS**, totalizou gastos no valor de 1,158 milhões de euros com um peso de 16%.

Já em relação à **EDUCAÇÃO** os gastos totalizam 1,092 milhões de euros com peso de 15%

No que concerne **PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA**, o mesmo regista o valor de 809 mil euros, com o peso de 11%.

Gastos por Funções

Bem ou Serviço	Mão de Obra	Outros Custos	Amortizações	Total dos Custos Diretos	Custos Indiretos	Total dos Custos	Execução
PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	863 185,71 €	214 806,92 €	49 189,48 €	1 127 182,11 €	30 349,82 €	1 157 531,93 €	16%
EDUCAÇÃO	587 251,05 €	431 538,97 €	44 129,16 €	1 062 919,18 €	28 619,52 €	1 091 538,70 €	15%
SAÚDE	9 104,45 €	13 761,12 €	7 993,82 €	30 859,39 €	830,90 €	31 690,29 €	0%
AÇÃO SOCIAL	75 879,96 €	56 287,78 €	659,47 €	132 827,21 €	3 576,42 €	136 403,63 €	2%
HABITAÇÃO SOCIAL	0,00 €	10 951,89 €	0,00 €	10 951,89 €	294,88 €	11 246,77 €	0%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	165 105,00 €	31 482,54 €	105,25 €	196 692,79 €	5 296,03 €	201 988,82 €	3%
AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	14 817,03 €	40 859,05 €	18 153,59 €	73 829,67 €	1 987,89 €	75 817,56 €	1%
PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	371 804,01 €	389 238,04 €	26 755,77 €	787 797,82 €	21 211,77 €	809 009,58 €	11%
TEMPOS LIVRES E DESPORTO	150 343,96 €	203 235,40 €	24 965,41 €	378 544,77 €	10 192,47 €	388 737,24 €	5%
INDÚSTRIA E ENERGIA	0,00 €	194 341,06 €	1 308,67 €	195 649,73 €	5 267,95 €	200 917,68 €	3%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	0,00 €	48 210,24 €	378 259,14 €	426 469,38 €	11 482,86 €	437 952,24 €	6%
COMÉRCIO E TURISMO	59 258,12 €	55 461,49 €	2 339,61 €	117 059,22 €	3 151,87 €	120 211,09 €	2%
TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	36 226,81 €	143 029,97 €	0,00 €	179 256,78 €	4 826,56 €	184 083,34 €	2%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 464 307,51 €	458 066,14 €	550 221,23 €	2 472 594,88 €	66 575,59 €	2 539 170,48 €	34%
OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00 €	23 391,34 €	0,00 €	23 391,34 €	629,82 €	24 021,16 €	0%
Totais	3 797 283,61 €	2 314 661,95 €	1 104 080,60 €	7 216 026,16 €	194 294,35 €	7 410 320,51 €	100%
Peso	51%	31%	15%		3%		

4. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

O Município de Sardoal à data de 31 dezembro de 2022, não apresentou pagamentos em atraso.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do período é negativo no valor de 511.842,50 euros, propondo-se que o referido valor seja transferido para a conta “561 – Resultados Transitados (de períodos anteriores).

Capítulo III – Reporting de atividades

O ano de 2022 foi o ano da retoma da atividade pré-covid, sem que possamos dizer que foi um regressar à normalidade. Sendo certo que nem tudo voltou a ser como antes era, uma outra realidade pairou sobre nós, vindo a influenciar as atividades ou pelo menos o custo das mesmas. Refiro-me à guerra da Ucrânia e o impacto global que tem tido no nosso dia a dia. O aumento de custos dos combustíveis, da eletricidade e de outros bens de primeira necessidade teve o seu reflexo financeiro por uma opção política de dar continuidade a um conjunto de atividades e apoios fundamentais para a qualidade de vida dos Sardoalenses e

tão bem-vindos num período em que houve um enorme esforço para ultrapassar todos os constrangimentos, todas as limitações impostas pelo Covid19, durante um período tão duro da nossa vida social, comunitária e familiar.

Muito do nosso empenho continuou direcionado para dar resposta a novas realidades fruto do anteriormente exposto, com especial atenção aos mais necessitados, às franjas mais vulneráveis e mais expostas às adversidades sejam elas estruturais ou conjunturais.

Neste documento damos reporte da situação económica e financeira decorrente da execução de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, inscritas nas Grandes Opções do Plano e diferentes dotações corrigidas em orçamento:

1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ Os diferentes serviços retomaram a normalidade, no modo de atendimento e nos horários de funcionamento sem, contudo, descuidar as melhores medidas de autoproteção.
- ✓ Foi dada continuidade à formação dos trabalhadores do município de acordo com as suas necessidades e valorização da prestação do serviço público de qualidade. Estas formações incidiram na sua maioria em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.
- ✓ No primeiro ano de descentralização de competências houve necessariamente uma estreita comunicação com as diferentes entidades do Estado Central, para articulação na superação de alguns constrangimentos encontrados. Este trabalho, no âmbito da descentralização de competências também foi realizado com as Juntas de Freguesia.
- ✓ Continuámos o trabalho de melhoria das instalações no edifício dos Paços do Concelho;
- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
 - O ano de 2022 trouxe novidades quanto à gestão florestal, entenda-se a implementação de novos projetos, nova forma de organização, visando o ordenamento deste mesmo território florestal, valorizando-o protegendo-o no âmbito da prevenção contra os fogos rurais. Refiro-me à implementação das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e dos Condomínios das Aldeias;
 - A manutenção das viaturas e restante equipamento fundamental nas diferentes intervenções foi sempre, e será, uma prioridade neste âmbito, assim como a aquisição de equipamentos de proteção individual e novo fardamento para o nosso corpo de bombeiros;

- No Gabinete Técnico Florestal foi dada continuidade às atividades de acompanhamento, desenvolvimento e execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Foi dada continuidade à requalificação dos caminhos florestais para prevenção e combate a incêndios, e apoio aos proprietários agroflorestais;
- Foram efetuados trabalhos de manutenção das faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária como da rede secundária, de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Rurais;
- Foram garantidas todas as ações de proteção e socorro pelos Bombeiros Municipais de Sardeal, não só no nosso concelho como em diferentes regiões do nosso País;
- Acompanhámos todas as ações preventivas e de mitigação de riscos existentes no território;
- Fiscalizámos e acompanhámos situações de risco para pessoas e bens, designadamente infraestruturas que confinam com a via pública;
- Elaborámos e operacionalizámos o novo Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;
- Celebrámos o “Mês da Proteção Civil”, desenvolvendo atividades junto da população, nomeadamente da comunidade escolar;
- Garantimos a capacidade operacional do Corpo de Bombeiros, tanto ao nível de recursos humanos, como de equipamentos de proteção;
- Promovemos a substituição de recursos materiais e equipamentos de intervenção, procurando a melhoria operacional do Corpo de Bombeiros;
- Colaborámos com a ANEPC no âmbito dos dispositivos de prevenção e socorro implementados no nosso território;
- Colaborámos com a UEPS (GNR) na operacionalização do Centro de Meios Aéreos de Sardeal;
- Colaborámos com a Universidade Sénior, no âmbito de ações formativas ou de sensibilização, junto da comunidade sénior.

As atividades realizadas neste âmbito tiveram em estreita colaboração com o ICNF, GNR, ANEPC e INEM;

1.2 Das Funções Sociais

No domínio da **Educação**,

- ✓ Neste domínio, dos mais afetados pelos constrangimentos provocados pelo COVID, a recuperação da normalidade fez-se mais lentamente, havendo ainda necessidade de

dar continuidade a alguns apoios específicos, nomeadamente no âmbito dos transportes;

- ✓ 2022 foi o ano de conclusão das obras de requalificação do novo Parque Escolar, que nos mereceu um especial acompanhamento em todas as matérias, em estreita articulação com a direção do Agrupamento de Escolas e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- ✓ Demos continuidade à requalificação necessária de equipamentos e instalações garantindo as melhores condições no processo ensino/aprendizagem;
- ✓ A requalificação das instalações e equipamentos tem estado nas nossas prioridades de modo a garantir mais e melhores condições em todo o processo de ensino/aprendizagem;
- ✓ Continuámos a assegurar o circuito de transporte escolar através de viaturas do Município e também da Empresa Rodoviária do Tejo, S.A nos termos do contrato celebrado pela CIMT no âmbito da transferência de competências, delegando na CIMT como autoridade de transportes de acordo com o contrato celebrado com o Município;
- ✓ Continuámos com os programas da componente de apoio à família (CAF) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
- ✓ Demos continuidade aos protocolos com o Agrupamento de Escolas de Sardoal, nomeadamente o complemento de apoio às atividades extracurriculares no 1º Ciclo (7,5 euros por aluno, por semestre);
- ✓ Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo e 2º ciclo;
- ✓ Demos continuidade à nossa participação na Rede de Escolas de Excelência;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão da Carta Educativa e ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Educação;
- ✓ Implementámos o projeto Educação pela Arte para os alunos de 1º Ciclo;
- ✓ Implementámos o projeto de Educação Assistida por cães para combate ao insucesso escolar nos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- ✓ Implementámos o projeto T-Code – Literacia Digital, para os alunos de 1º ciclo;
- ✓ Implementámos e apetrechámos o laboratório de Aprendizagem Inovador na Biblioteca do Agrupamento de Escolas;
- ✓ Demos continuidade aos diagnósticos de acuidade visual e auditiva no pré-escolar;
- ✓ Colaborámos na implementação do projeto Color Add (diagnóstico precoce de daltonismo);
- ✓ Realizámos a visita de estudo ao estrangeiro com os alunos do ensino secundário, em articulação com o Agrupamento de Escolas;
- ✓ Atribuímos Prémios de Mérito;
- ✓ Atribuímos Bolsas de Estudo ao Ensino Superior;

- ✓ Apoiámos o desenvolvimento do PAA, nomeadamente com a disponibilização de transporte para Visitas de Estudo de âmbito curricular;
- ✓ Majorámos o apoio atribuído no âmbito da Ação Social Escolar;
- ✓ Disponibilizámos equipamentos informáticos (computadores portáteis) para apoio à atividade curricular;
- ✓ Demos Continuidade à oferta de refeições a todos os alunos até final do 2º Ciclo;
- ✓ Elaborámos a candidatura no âmbito do PRR para o financiamento da Construção de um edifício para Creche;
- ✓ Apetrechamento do pavilhão gimnodesportivo com novos equipamentos de apoio à prática desportiva;
- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
 - Ao nível da **Educação:**
 - Continuámos com o Programa da Fruta Escolar, com expansão ao pré-escolar, com financiamento exclusivo da Autarquia;
 - Desenvolvemos atividades de tempos livres no período de interrupção letiva no verão,
 - Realizámos em parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardoal o ATL de Verão
 - Ao nível da **Habitação:**
 - Continuámos com o processo de atribuição, transferências de Habitação, Atualização de Rendas/Cálculo de Rendas;
 - Fizemos algumas obras de manutenção, conservação e requalificação nas habitações sociais;
 - Elaborámos a Estratégia Local de Habitação;
 - Assegurámos o atendimento diário aos Municípes;
 - Reforçámos a atividade na Loja Social;
 - Apoio nos processos no âmbito do programa “1º Direito”.
 - Outras áreas **Sociais**
 - Informámos e procedemos ao encaminhamento para intervenção em situações ligadas aos problemas de alcoolismo, toxicodependência, saúde mental, violência doméstica e outros;
 - Desenvolvemos atividades de enriquecimento social, fornecendo às crianças e jovens desfavorecidos sócio culturalmente e aos idosos oportunidades de enriquecimento social, cultural, desportivo e recreativo;

- Organizámos e acompanhámos ações de promoção do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e emocional das crianças e jovens;
 - Organizámos e realizámos ações de acompanhamento que combatam o isolamento social dos idosos com mais de 65, não institucionalizados;
 - Demos continuidade ao apoio à natalidade;
 - Apoiámos os nossos idosos num projeto de teleassistência;
 - Promovemos ações de desenvolvimento de competências técnicas aos agentes de intervenção sociais educativas e de competências parentais a pais e encarregados de educação;
 - Coordenamos e monitorizámos ações da Rede Social, de forma a garantir o seu correto funcionamento;
 - Demos continuidade à implementação da prática do voluntariado no Concelho, de modo a promover a entreatajuda em vários domínios (social, cultural, desportivo e outros) e a solidariedade através do voluntariado;
 - Procedemos ao atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica no âmbito do Espaço M;
 - Demos continuidade ao programa Abem – Rede Solidária do Medicamento;
 - Demos continuidade ao trabalho até então desenvolvido no reforço das atividades da Universidade Sénior;
 - Elaborámos, em conjunto com os restantes municípios da CIMT, o Plano Municipal para a Igualdade;
 - Fizemos o atendimento e encaminhamento de cidadãos para a prestação social de Rendimento Social de Inserção;
 - Demos apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal no desenvolvimento das suas atividades;
 - Participámos no acolhimento de refugiados da guerra da Ucrânia (alojamento, alimentação e apoio de inserção social).
- ✓ No âmbito da **rede social**:
- Demos continuidade à elaboração de Instrumentos de Planeamento Social do Concelho, nomeadamente, Pré-Diagnóstico Social, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação;
 - Dinamizámos parcerias através de Reuniões do Núcleo Executivo e do Conselho Local de Ação Social (CLAS);
 - Acompanhámos o Programa de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais;

- Articulámos com as instituições do concelho no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC;
 - Apoiámos na elaboração de candidaturas os parceiros sociais.
- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**, desenvolvemos as seguintes atividades:
- Realizámos o Encontro Internacional de Piano;
 - Dinamizámos diversas atividades no Centro Cultural (música, teatro, exposições, cinema (no auditório e ao ar livre), etc.);
 - Programámos e dinamizámos diferentes atividades no âmbito da Cultura para Todos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
 - Demos início ao projeto “Caminhos Literários – Botto, Camões, Gil Vicente e outros que por cá passaram” com os municípios de Abrantes e Constância;
 - Desenvolvemos o projeto “Viver ao Vivo, com Tempo no Centro” em parceria com os municípios de Celorico da Beira e Castanheira de Pera;
 - Desenvolvemos o projeto “Connecting Dots – Dentes de Leão”, em parceria com a Culturgest, a Associação Materiais Diversos e a Academia dos Sentidos (Islândia);
 - Acolhemos a realização do Prémio Jovens Músicos da RDP;
 - Dinamizámos as Festas do Concelho.
- ✓ No âmbito de **Biblioteca**
- Continuámos com a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel para a nova Biblioteca Municipal;
 - Demos continuidade à Implementação do Projeto CIA – Cidadania Informada e Ativa;
 - Realizámos a Semana da Leitura;
 - Trabalhámos em parceria com o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas do Médio Tejo no desenvolvimento de projetos intermunicipais;
 - Demos continuidade à dinamização da Rede de Bibliotecas de Sardeal;
 - Realizámos atividades de promoção do gosto pela leitura e pela produção literária (concursos, palestras, workshops);
 - Assinalámos e comemorámos diferentes datas;
 - Descentralizámos atividades de promoção da leitura, nomeadamente nas IPSS do Concelho, JI e Creche e noutros espaços de utilização pública;
 - Demos continuidade à atividade “Quando o Livro vai a Casa”.

✓ O **Turismo** é sempre uma área de grande relevância estratégica para o nosso Concelho onde podemos ver concluídos ou em fase de conclusão alguns projetos relevantes:

- Inaugurámos o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património onde se inclui a identificação de todas as capelas e igrejas da vila de Sardoal;
- Representámos o Município no Workshop Internacional Religioso em Fátima;
- Demos continuidade e promovemos a capacitação de Agentes locais, em parceria com a Associação de Municípios da Rota da Estrada N2;
- Participámos no grupo de trabalho da Rede de Museus do Médio Tejo;
- Estamos a construir em parceria com outros municípios do Médio Tejo o projeto “Caminhos de Fátima no Médio Tejo”;
- Articulámos com o Turismo de Portugal para integração da Casa Grande no Programa Revive;
- Implementámos o Arquivo da Memória com a sua disponibilização ao público digitalmente;
- Apoiámos as entidades detentoras de património de interesse turístico-cultural na busca de financiamento para a sua preservação;
- Continuamos a acompanhar a candidatura da Semana Santa e Festa do Espírito Santo a Património Cultural Imaterial;
- Participámos na construção e dinamização do projeto de promoção das Artes e Ofícios no Ribatejo Interior através de projeto da TAGUS em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância.

✓ Na área do **Desporto e Recreio**:

- Realizámos trabalhos de manutenção nos percursos pedestres;
- Dinamizámos os percursos pedestres com a realização de eventos de caminhada;
- Assegurámos a realização das atividades de aprendizagem e desenvolvimento da modalidade desportiva de natação e hidroginástica;
- Realizámos trabalhos de manutenção das infraestruturas e equipamentos na Área de Lazer da Lapa;
- Alargámos a oferta de Turismo de Natureza com a implementação do Centro de Cyclin’ Portugal de Sardoal;
- Realizámos trabalhos de manutenção da Área de Lazer da Rosa Mana;
- Continuámos em colaboração com a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 na dinamização e promoção da mesma;

- Realizamos eventos desportivos como as Corridas da Liberdade e o VII Trail Terras do Sardão;
 - Demos apoio a todas as associações e grupos desportivos na prossecução dos seus planos e necessidades desportivas (apoio financeiro, logístico e técnico);
 - Disponibilizámos as condições necessárias à prática desportiva de lazer no parque desportivo municipal, nomeadamente às associações locais.
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:**
- Promovemos atividades de voluntariado no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude;
 - Demos continuidade aos trabalhos de manutenção dos 4 cemitérios propriedade do Município (Sardoal, Cabeça das Mós, Andreus e S. Simão);
 - Implementámos em todo o Concelho, um sistema de recolha de óleos alimentares usados;
 - Demos continuidade, de forma gratuita, à recolha e encaminhamento de resíduos de construção e demolição (pequenas obras isentas de controlo prévio), equipamentos elétricos e eletrónicos e monos;
 - Participámos na gestão Centro de Recolha Oficial, uma parceria com os municípios de Abrantes e Constância;
 - Elaborámos e operacionalizámos um novo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022-2031;
 - Acompanhámos as ações de defesa da floresta, incluindo a operacionalização das medidas e legislação publicadas pela Tutela;
 - Procedemos à manutenção de todas as faixas de gestão de combustível sob responsabilidade do Município de Sardoal;
 - Operacionalizámos o funcionamento da equipa de Sapadores Florestais sob gestão do Município de Sardoal;
 - Procedemos ao registo das queimas e queimadas que sejam comunicadas ao Município de Sardoal;
 - Sensibilizámos e fiscalizámos, junto dos proprietários de prédios rústicos, para o cumprimento da legislação e regulamentos em vigor;
 - Procedemos à operacionalização dos programas “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”;
 - Celebrámos o dia do “Dia da Árvore” e “Dia da Floresta Autóctone”, desenvolvendo atividades junto da população, designadamente da comunidade escolar;

- Operacionalizámos a Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) “Sardoal I” (freguesias de Alcaravela e de Santiago de Montalegre), recentemente aprovada pela Direção Geral do Território, por forma a tornar o nosso território mais resiliente aos incêndios rurais;
- Submetemos candidatura a três “Condomínios de Aldeia”, tendo a mesma sido aprovada e assinada com o Fundo Ambiental;
- Apoiámos a implementação das duas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's) – ZIF Santiago de Montalegre; e ZIF de Sardeal e Valhascos;
- Elaborámos e submetemos candidaturas no âmbito do Fundo Ambiental, Fundo de Emergência Municipal, Fundo Florestal Permanente, e demais programas operacionais em vigor;
- Prestámos apoio e aconselhamento aos cidadãos que recorram ao GTF de Sardeal;
- Melhorámos os meios para a captura e transporte de animais;
- Demos continuidade à esterilização de animais errantes;
- Apoiámos a constituição de colónias de gatos;
- Desenvolvemos juntamente com os Municípios parceiros no Canil/Gatil Intermunicipal (Abrantes e Constância), de campanhas de sensibilização nesta matéria.

1.3 Das Funções Económicas

- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshops dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Concluímos a requalificação do Parque Empresarial de Sardeal;
- ✓ Demos continuidade ao apetrechamento da oficina partilhada do ArtOf e nova aposta na dinâmica desta valência;
- ✓ Promovemos a construção da plataforma de vendas online para produtos locais, através de projeto da TAGUS, em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância;
- ✓ Procedemos ao alargamento do âmbito de funcionamento do Gabinete de Apoio ao Emigrante por forma a dar resposta ao crescente número de estrangeiros que se pretendem instalar e investir no nosso território.
- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia**:

- Em conjunto com a EDP, demos continuidade a ampliação e racionalização da rede de Iluminação Pública com a substituição de luminárias para tecnologia LED;
- Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21.
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações**:
 - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT;
 - Requalificámos os passeios do Vale da Carreira;
 - Continuámos a substituição dos abrigos de passageiros no Concelho;
 - Pavimentámos diversos arruamentos de Cabeça das Mós;
 - Pavimentámos diversos arruamentos de Entrevinhas;
 - Demos continuidade a diversas obras de reparação dos danos provocados pelas tempestades Elsa e Fabian;
- ✓ Reparámos diversos caminhos, pontões e passeios em todo o Concelho.

1.4 Das Outras Funções

- ✓ Tal como tem acontecido em anos anteriores, destacamos novamente, a satisfação do serviço da dívida ao longo de 2022, decorrente dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados;
- ✓ Apoiámos as nossas coletividades no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Demos continuidade ao processo de modernização administrativa dos serviços.

2. Grandes Opções do Plano

Em relação à execução anual das Grandes Opções do Plano, as mesmas registaram uma execução de 80% (3,705 milhões de euros).

De referir ainda que a despesa faturada ascendeu a 4,127 milhões de euros, registando uma execução de 89%.

A rubrica **Ensino não superior** foi a que mais contribuiu para a execução total das GOP's, com um peso de 36%, com o valor total de 1,321 milhões de euros, sendo que a mesma teve uma faturação de 1,449 milhões de euros. Os resultados em causa foram essencialmente relacionados com a obra e apetrechamento da Escola EB 2, 3 e secundária de Sardeal.

Logo a seguir posicionou-se a rubrica **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**, com valor de 669 mil euros, tendo um peso de 18%.

Também com o peso de 18%, a rubrica **Operações da Dívida Autárquica**, totalizando o valor de 665 mil euros.

Execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	Previsão da Despesa		Faturado		Pagamento	
	Inicial	Final	Valor	%	Valor	%
1 Funções Gerais	365 956,00	227 482,37	183 276,85	81%	112 104,18	49%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	257 919,00	123 029,67	83 187,14	68%	50 907,96	41%
1.1.1 Administração geral	257 919,00	123 029,67	83 187,14	68%	50 907,96	41%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	108 037,00	104 452,70	100 089,71	96%	61 196,22	59%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	108 037,00	104 452,70	100 089,71	96%	61 196,22	59%
2 Funções Sociais	2 994 545,00	2 500 475,19	2 299 334,42	92%	2 067 772,91	83%
2.1.0 Educação	1 372 382,00	1 513 008,72	1 449 003,17	96%	1 320 549,15	87%
2.1.1 Ensino não superior	1 127 985,00	1 319 701,00	1 268 443,08	96%	1 180 906,20	89%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	244 397,00	193 307,72	180 560,09	93%	139 642,95	72%
2.2.0 Saúde	24 504,00	24 004,00	24 003,45	100%	24 003,45	100%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	20 740,00	19 394,00	18 385,79	95%	15 175,49	78%
2.3.2 Acção social	20 740,00	19 394,00	18 385,79	95%	15 175,49	78%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	107 955,00	80 176,03	48 855,87	61%	39 286,87	49%
2.4.1 Habitação						
2.4.2 Ordenamento do território	45 589,00	51 380,03	37 503,56	73%	37 051,53	72%
2.4.3 Saneamento	397,00					
2.4.4 Abastecimento de água						
2.4.5 Resíduos sólidos	4 144,00	1 772,00	1 771,20	100%	1 033,20	58%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	57 825,00	27 024,00	9 581,11	35%	1 202,14	4%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 468 964,00	863 892,44	759 086,14	88%	668 757,95	77%
2.5.1 Cultura	1 365 502,00	776 649,44	674 225,24	87%	595 584,14	77%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	103 462,00	87 243,00	84 860,90	97%	73 173,81	84%
3 Funções Económicas	1 670 402,00	963 340,67	746 633,27	78%	656 173,28	68%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pescicultura	54 479,00	44 257,80	44 257,50	100%	11 167,80	25%
3.2.0 Indústria e Energia	718 000,00	82 787,51	72 428,25	87%	72 428,25	87%
3.3.0 Transportes e Comunicações	496 912,00	592 734,00	394 085,25	66%	385 006,35	65%
3.3.1 Transportes rodoviários	496 912,00	592 734,00	394 085,25	66%	385 006,35	65%
3.4.0 Comércio e Turismo	324 142,00	167 653,00	161 377,01	96%	159 561,04	95%
3.4.1 Mercados e feiras	5 259,00	259,00				
3.4.2 Turismo	318 883,00	167 394,00	161 377,01	96%	159 561,04	95%
3.5.0 Outras funções económicas	76 869,00	75 908,36	74 485,26	98%	28 009,84	37%
4 Outras Funções	609 055,00	932 275,00	897 954,06	96%	868 948,81	93%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica	363 627,00	671 235,00	665 410,10	99%	665 410,10	99%
4.2.0 Transferências entre Administrações	223 984,00	237 743,00	214 966,95	90%	186 004,14	78%
4.3.0 Diversas não especificadas	21 444,00	23 297,00	17 577,01	75%	17 534,57	75%
Total	5 639 958,00	4 623 573,23	4 127 198,60	89%	3 704 999,18	80%

Comparando agora com o mesmo período homólogo no ano de 2021, verifica-se que as **GOP'S** registaram um aumento de 574 mil euros, o que corresponde a 19%.

Para o referido resultado, o **PPI** contribuiu com um aumento no valor de 483 mil euros, e as **Atividades Mais Relevantes (AMR)** com um valor de 97 mil euros.

Podemos ainda verificar que as funções **Sociais e económicas** registaram aumentos no valor de 389 mil euros cada.

Em sentido contrario verificamos as Funções, **Geral e outras funções**, que registaram diminuições no valor de 13 mil euros e 187 mil euros, respetivamente, face ao ano de 2021.

Abaixo apresenta-se um quadro com os valores registados em 2021 e 2022.

Comparação da execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO						Δ 2021
	2 021		2 022			Peso	
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL		
1 Funções Gerais	97 036,17	27 725,99	92 916,42	19 187,76	112 104,18	3%	-10%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	59 544,85	9 725,99	46 720,20	4 187,76	50 907,96	1%	-27%
1.1.1 Administração geral	59 544,85	9 725,99	46 720,20	4 187,76	50 907,96	1%	-27%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	37 491,32	18 000,00	46 196,22	15 000,00	61 196,22	2%	10%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	37 491,32	18 000,00	46 196,22	15 000,00	61 196,22	2%	10%
2 Funções Sociais	1 455 683,38	223 378,08	1 559 028,96	508 743,95	2 067 772,91	56%	23%
2.1.0 Educação	1 382 481,04	89 800,56	1 193 298,38	127 250,77	1 320 549,15	36%	-10%
2.1.1 Ensino não superior	1 360 816,18	20 015,84	1 180 906,20		1 180 906,20	32%	-14%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	21 664,86	69 784,72	12 392,18	127 250,77	139 642,95	4%	53%
2.2.0 Saúde			24 003,45		24 003,45	1%	
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	341,94	17 194,00	1 362,35	13 813,14	15 175,49	0%	-13%
2.3.2 Acção social	341,94	17 194,00	1 362,35	13 813,14	15 175,49	0%	-13%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	42 634,39	32 070,86	38 972,83	314,04	39 286,87	1%	-47%
2.4.1 Habitação							
2.4.2 Ordenamento do território	38 665,21		37 051,53		37 051,53	1%	-4%
2.4.3 Saneamento							
2.4.4 Abastecimento de água	34,99						-100%
2.4.5 Resíduos sólidos	3 934,19		1 033,20		1 033,20	0%	-74%
2.4.6 Protecção do meio ambiente		32 070,86	888,10	314,04	1 202,14	0%	-96%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e R	30 226,01	84 312,66	301 391,95	367 366,00	668 757,95	18%	484%
2.5.1 Cultura	3 127,85	76 237,86	258 906,62	336 677,52	595 584,14	16%	650%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	27 098,16	8 074,80	42 485,33	30 688,48	73 173,81	2%	108%
3 Funções Económicas	192 874,56	74 353,43	566 705,24	89 468,04	656 173,28	18%	146%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e		18 021,00		11 167,80	11 167,80	0%	-38%
3.2.0 Indústria e Energia	53 151,58		72 428,25		72 428,25	2%	36%
3.3.0 Transportes e Comunicações	123 597,68		385 006,35		385 006,35	10%	211%
3.3.1 Transportes rodoviários	123 597,68		385 006,35		385 006,35	10%	211%
3.4.0 Comércio e Turismo	16 125,30		109 270,64	50 290,40	159 561,04	4%	890%
3.4.1 Mercados e feiras							
3.4.2 Turismo	16 125,30		109 270,64	50 290,40	159 561,04	4%	890%
3.5.0 Outras funções económicas		56 332,43		28 009,84	28 009,84	1%	-50%
4 Outras Funções	7 810,60	1 046 817,98	17 534,57	851 414,24	868 948,81	23%	-18%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		801 078,21		665 410,10	665 410,10	18%	-17%
4.2.0 Transferências entre Administraçõ		245 739,77		186 004,14	186 004,14	5%	-24%
4.3.0 Diversas não especificadas	7 810,60		17 534,57		17 534,57	0%	124%
Total	1 753 404,71	1 372 275,48	2 236 185,19	1 468 813,99	3 704 999,18	100%	19%
Diferença 2022 - 2021			482 780,48	96 538,51	579 318,99		

Município de Sardoal, 20 abril de 2023

O Órgão Executivo